

PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DA FAZENDA
ALAGOAS ATIVOS

RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2021



AlagoasAtivos

PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DA FAZENDA
ALAGOAS ATIVOS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

Relatório de Gestão do exercício de 2021, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta empresa pública está obrigada nos termos do art. 8º, inciso IX da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Maceió, 26 de abril de 2021
Alagoas Ativos S.A.
CNPJ nº 29.218.037/0001-72
Assessoria de Compliance e Auditoria Interna

Lista de Siglas e Abreviações

ABDE – Associação Brasileira de Desenvolvimento
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCERC – Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso
CEASA – Central de Abastecimento
CGE – Controladoria Geral do Estado
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CPP – Companhia Paulista de Parcerias
CP³P – Certified PPP Professional
CPPP – Complexo Prisional Público Privado
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DFC - Demonstrativo de Fluxo de Caixa
DLPA - Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
DVA - Demonstração do Valor Adicionado
e-OUV – Portal de Ouvidoria do Estado de Alagoas
e-SIC – Portal de Serviço de Informação ao Cidadão
FAP – Fundo Alagoano de Parcerias
FGBP – Fundo Garantidor Baiano de Parcerias
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FISCO – Autoridade Fazendária
FPE – Fundo de Participação dos Estados
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
GP – Goiás Parcerias
GPA – Gestores Prisionais Associados
IN – Instrução Normativa
IP – Iluminação Pública
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
ISO - International Organization for Standardization
MGI – Minas Gerais Participações S.A.
NBR ISO – Norma Brasileira da Organização Internacional de Normatização
PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDEG - Programa de Desmobilização de Ativos do Estado de Goiás

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PPP – Parceria Público Privada

PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

RJ – Rio de Janeiro

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda

S.A. – Sociedade Anônima

SPE – Sociedade de Propósito Específico

STF – Supremo Tribunal Federal

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SUPARC - Superintendência de Parcerias e Concessões Piauí

SEGES/MP - Secretaria de Gestão - Ministério do Planejamento

SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão

SEF - Secretaria de Estado da Fazenda

SP – São Paulo

SPDA - Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos

SEDETUR - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo

UAI – Unidade de Atendimento Integrado

UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos

Lista de Figuras

Figura 1 – Organograma	14
Figura 2 - Modelo de Governança.....	20
Figura 3 - Fluxo de PPPs.....	36

Lista de Quadros

Quadro 1 - Mapa estratégico	19
Quadro 2 - Carta de Serviços	28
Quadro 3 - Mapa de Riscos	29
Quadro 4 - Gerenciamento de Riscos.....	31
Quadro 5 - Quadro geral de lotação de vagas	48

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Orçamento por categoria.....	44
Gráfico 2 - Pessoal	45
Gráfico 3 - Custeio	46
Gráfico 4 - Pregões Eletrônicos de 2021.....	49
Gráfico 5 - Adiantamento de despesa	50
Gráfico 6 - Termos Aditivos 1	51
Gráfico 7 - Termos Aditivos 2	51
Gráfico 8 - Contratações por Dispensa	52
Gráfico 9 - Contratações por Inexigibilidade	52

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Pessoal.....	45
Tabela 2 - Capital.....	46
Tabela 3 - Receitas.....	47
Tabela 4 - Aplicações Financeiras.....	47

Sumário

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	12
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	13
1.1 IDENTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE MISSÃO E VISÃO DA UNIDADE	13
1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	14
1.3. MISSÃO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS DA EMPRESA.....	14
1.3.1. A ASSEMBLEIA GERAL.....	14
1.3.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	15
1.3.3. CONSELHO FISCAL.....	15
1.3.4. DIRETORIA	15
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....	17
2.1 PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA UNIDADE E PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA GESTÃO.....	17
2.2 MODELO E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	20
2.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS	21
2.2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	22
2.2.3 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	23
2.2.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	23
2.2.5 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO	23
2.2.6 POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	24
2.2.7 MODELO DE GOVERNANÇA DA ENTIDADE EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS DO CONGLOMERADO.....	24
2.2.8 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE.	24
2.3 CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	24
2.4 CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	25
2.5 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS	26
3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	29
3.1 PRINCIPAIS RISCOS	29
3.1.1 PERSPECTIVA CLIENTES.....	29
3.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	30
3.1.3 APRENDIZADO E CONHECIMENTO	30

3.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA	30
3.2 MODELO DE GESTÃO DOS RISCOS	30
4. RESULTADO DA GESTÃO.....	32
4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DE GESTÃO	32
4.1.1 PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO	32
4.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	35
4.1.3 PERSPECTIVA CLIENTES.....	35
4.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA	38
4.2 PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS OU INICIATIVAS.....	39
4.2.1 ABATEDOURO REGIONAL DE VIÇOSA.....	39
4.2.2 AVALIAÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE ALAGOAS - CEASA	40
4.2.3 FORMATAÇÃO DO FUNDO IMOBILIÁRIO DE ALAGOAS.....	41
4.2.4 AEROPORTO COSTA DOS CORAIS EM MARAGOGI	42
5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	43
5.1 ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA UNIDADE	43
5.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	43
5.2.1. ORÇAMENTO 2021.....	44
5.2.2. ORÇAMENTÁRIO POR CATEGORIA DE DESPESA	44
5.2.3. PESSOAL	44
5.2.4. CUSTEIO	46
5.2.5. CAPITAL	46
5.2.6. RECEITAS.....	47
5.2.7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	47
5.3 GESTÃO DE PESSOAS.....	48
5.4 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS.....	48
5.4.1. DETALHAMENTO DAS CONTRATAÇÕES	49
5.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA.....	53
5.6 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	53
5.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	53
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	55
6.1 OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS.....	55
6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	55
6.3 NOTAS EXPLICATIVAS.....	55
7. CONCLUSÃO E APROVAÇÃO	55
8. ANEXOS E APÊNDICES	57
ANEXO I - CARTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	57

ANEXO II - RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....	75
ANEXO III – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	108

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A Alagoas Ativos S.A., empresa pública vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, apresenta o Relatório de Gestão referente aos atos de gestão praticados no exercício de 2021 e contém a apresentação da empresa, a visão geral organizacional e ambiente externo, planejamento estratégico e governança, gestão de riscos e controles internos, resultados da gestão, alocação de recursos e áreas especiais de gestão e outras informações relevantes.

O presente relatório foi editado para atender às determinações do art. 8º, IX da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que determina que as empresas públicas e sociedades de economia mista deverão divulgar relatório integrado ou de sustentabilidade, de forma a obedecer ao postulado da transparência e da Resolução Normativa nº 001/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - TCE/AL.

O ano de 2021 foi um ano extremamente importante para a empresa, pois foi o ano em que a Alagoas Ativos começou a ter receitas recorrentes, oriundas da administração do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP, atingindo metas importantes relacionadas a sua atividade fim e seus objetivos financeiros.

Internamente, tendo em vista que a empresa já se encontra estruturada e organizada, não houve mudanças significativas, mas tão somente a manutenção e acompanhamento das necessidades da equipe, como processos e procedimentos, políticas internas, objetivos e metas e gestão de pessoas.

Por fim, no que se refere às suas finalidades institucionais, em 2021 a empresa realizou novo planejamento estratégico, de forma a expressar o novo momento em que vive, uma vez que conseguiu atingir diversas metas definidas nos anos anteriores, como por exemplo:

- I - Concessão de garantia a, pelo menos, um projeto de Parceria Público-Privada através do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, gerando nova receita para a Alagoas Ativos;
- II – Finalizar procedimento de, pelo menos, um projeto de concessão modelado pela empresa;
- III – Iniciar procedimento interno de estruturação do Fundo de Investimentos Imobiliários do Estado de Alagoas.

O Relatório de Gestão 2021 da Alagoas Ativos apresenta as ações executadas em suas principais áreas de atuação e seus resultados, mostrando como a empresa desenvolveu as ações de seu planejamento e enfrentou os desafios de consolidar-se como a empresa alagoana de gestão dos ativos patrimoniais e responsável pelas Parcerias Público Privadas do Estado de Alagoas.

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 IDENTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE MISSÃO E VISÃO DA UNIDADE

A Alagoas Ativos é uma empresa pública do Estado de Alagoas, constituída sob a forma de Sociedade por Ações de capital fechado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), com sede e foro em Maceió, e tem como missão “Viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de estrutura qualificada gerando desenvolvimento socioeconômico alinhado aos anseios da sociedade”.

A visão da empresa é “Ser reconhecida nacionalmente como uma importante conexão entre os investimentos públicos e o desenvolvimento socioeconômico do estado de Alagoas”.

Sua criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 7.893, de 23 de junho de 2017, que, juntamente com seu Estatuto Social, instrumentalizado pelo Decreto Estadual nº 58.861, de 03 de maio de 2018, define seu fim específico, quais sejam:

I – colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas;

II – gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;

III – gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; e

IV – estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Ainda, ambas as normas identificam os objetivos sociais da empresa, cujas atividades serão realizadas em nome próprio e por sua responsabilidade:

I – administrar e explorar economicamente ativos estaduais;

II – auxiliar o Tesouro Estadual na captação de recursos financeiros;

III – estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;

IV – auxiliar o Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral;

V – auxiliar o Estado na atividade de conservação e manutenção de seus bens;

VI – colaborar, apoiar e viabilizar os projetos de concessão, de parcerias público-privadas, de locação de ativos e de outros instrumentos similares podendo, para tanto, assumir obrigações ou prestar garantias;

VII – participar de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades; e

VIII – realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

Além das referidas normas, a empresa também é regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976 e demais legislações aplicáveis.

A composição acionária da Alagoas Ativos é formada essencialmente pelo Estado de Alagoas, que integralizou seu capital social subscrito de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), divididos em 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cabendo a cada uma o direito a um voto nas deliberações da assembleia. Não houve mudanças na composição acionária da Alagoas Ativos em 2021 e a empresa não possui participação em outras sociedades.

1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Alagoas Ativos finalizou o ano de 2021 com a seguinte estrutura organizacional:

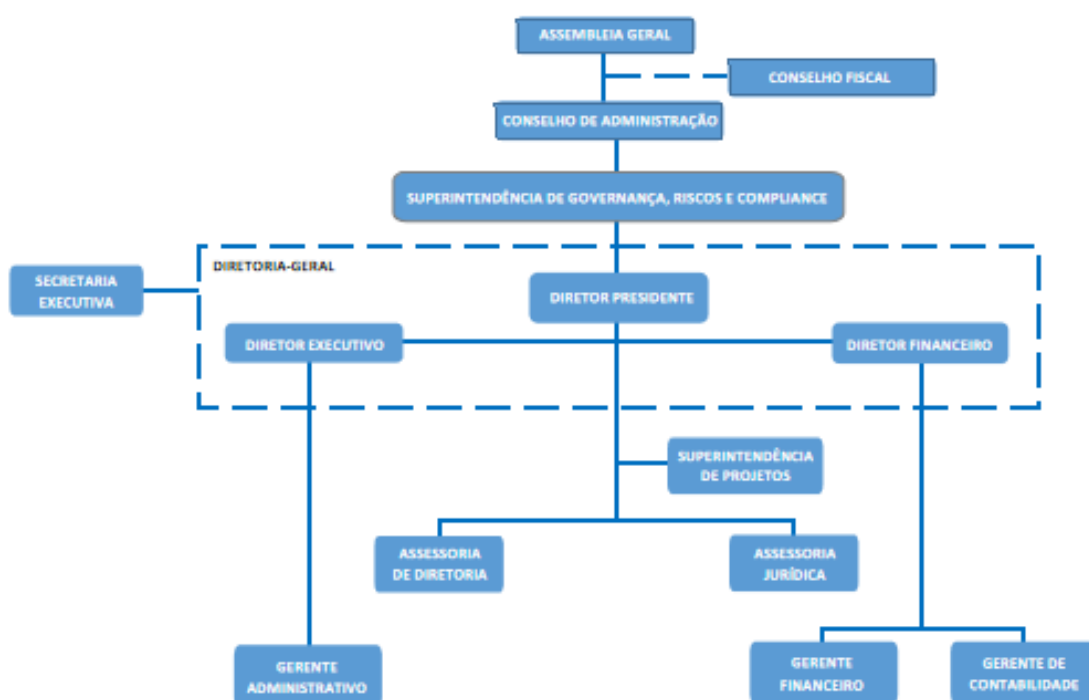


Figura 1 – Organograma

1.3. MISSÃO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS DA EMPRESA

1.3.1. A ASSEMBLEIA GERAL

É o órgão composto pelos acionistas da Alagoas Ativos, que em 2021 foi somente o Estado de Alagoas, que tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as decisões necessárias para a sua defesa e desenvolvimento.

De acordo com Estatuto da empresa, a Assembleia Geral tem poderes para tomar as contas anuais dos seus administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas, deliberar sobre a destinação do lucro líquido de exercício e a distribuição dos dividendos, eleger

os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração e aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

1.3.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

É o órgão de deliberação colegiada responsável, juntamente com a Diretoria, pela administração da empresa, sob a fiscalização do Conselho Fiscal, composta por cinco membros escolhidos pela Assembleia Geral, observados os requisitos constantes no art. 5º, do Decreto Estadual nº. 52.555/2017, que regulamenta a Lei nº. 13.303/2016.

O Conselho de Administração tem por missão institucional principal cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral, além de competências gerenciais da empresa, como eleger e destituir os Diretores da Companhia, escolher e destituir Auditores independentes, aprovar regimentos, políticas e códigos internos da empresa e práticas de governança corporativa e de controle de orçamento, informações contábeis e financeiras da empresa.

Quanto à missão estratégica da companhia, o Conselho de Administração tem a atribuição de fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e deliberar sobre as modelagens técnicas, econômico-financeiras e jurídicas dos projetos de Concessões e Parceria Público-Privadas, para posterior encaminhamento ao Conselho Gestor de Parceria Público-Privada, que se manifestará nos termos da legislação vigente.

1.3.3. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão competente para controlar e fiscalizar os atos da empresa, dos seus administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinando sobre o relatório anual da administração e sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, denunciar os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a companhia e analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia.

É órgão de funcionamento permanente, composto, em 2021, por quatro membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, e eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

1.3.4. DIRETORIA

Conforme seu Estatuto Social, a Diretoria da Alagoas Ativos é composta por um Diretor-Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, a quem cumpre a missão institucional de cumprir as metas e resultados estabelecidos pelo Conselho de Administração, observados os fins específicos da companhia, além de ser o órgão competente para elaborar, realizar e cumprir

as políticas, códigos, regimentos e relatórios internos da empresa, realizar aquisições, representar a companhia ativa e passivamente e deliberar sobre as modelagens técnicas, econômico-financeiras e jurídicas dos projetos de Concessões e Parceria Público-Privadas, e submetê-las à deliberação do Conselho de Administração.

Durante todo o exercício de 2021, a Diretoria funcionou com seu quadro completo, o que possibilitou a separação de funções e responsabilidades previstas nos documentos regulatórios da empresa.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2.1 PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA UNIDADE E PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA GESTÃO

Em 2021, a Alagoas Ativos continuou a perseguir os objetivos previstos no planejamento estratégico formulado para o ano de 2019, tendo em vista não ter conseguido alcançar todas as metas estabelecidas. Dessa forma, sua atenção voltou-se para os objetivos relacionados diretamente com sua missão institucional, sem deixar de lado a objetivos focados na devida estruturação da empresa, de acordo com os seguinte Mapa Estratégico:

MAPA ESTRATÉGICO

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES ESTRATÉGICOS	META ESTRATÉGICA	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Perspectiva Resultados	Estruturar Fundo Imobiliário	Fundo Imobiliário 100% estruturado	Fundo estruturado até dezembro de 2021	Criar Fundo Imobiliário
				Definir Relação dos imóveis desafetados
				Estruturar Fundo Imobiliário
	Garantir todos os projetos solicitados através do FAP	Percentual de projetos garantidos	Garantir 100% dos projetos solicitados até julho de 2021	Garantir SANAMA
				Iniciar negociações com SANEMA
				Iniciar negociações com IGUÁ
	Participar da modelagem de três projetos de concessões ou PPPs até 2021	Quantidade de projetos modelados pela Alagoas Ativos	Modelar 3 projetos até julho de 2021	Realizar modelagem do Aeroporto de Maragogi
				Realizar modelagem do CEASA
				Finalizar projeto do matadouro de Viçosa
Perspectiva Processos	Aprimorar processos e procedimentos internos e externo	Percentual do processo implantado	100% do processo de modelagem implantado	Definir processo de modelagem de concessões e PPPs

		Percentual do processo implantado	100% do processo do FII implantado	Definir processos do FII
	Implantar área de comunicação	Percentual de Implantação	Implantar área de comunicação até dezembro de 2021	Contratar assessoria de comunicação
		Percentual de plano implantado	100% Plano desenvolvido e implantado até 2021	Desenvolver plano de comunicação externa
		Percentual de plano implantado	100% Plano desenvolvido e implantado até 2021	Desenvolver plano de comunicação interna
	Realizar planejamento de contratações e aquisições para 2021	Percentual de contratações e aquisições definidas	100% das contratações e aquisições definidas	Definir contratações e aquisições a serem realizadas em 2021
		Percentual Planejamento realizado	100% do Planejamento realizado	Realizar planejamento de contratações e aquisições para 2021
Perspectiva Aprendizado e Conhecimento	Aprimorar estrutura de tecnologia da informação (TI)	Percentual do sistema implantado	100% do sistema implantado e em funcionamento	Implantar sistema financeiro e orçamentário
	Aprimorar estrutura da área financeira da empresa	Percentual da área terceirizada	100% das áreas fiscal e trabalhista da empresa terceirizada	Contratar empresa especializada nas áreas fiscal e trabalhista para assessorar a Alagoas Ativos
Perspectiva Financeira	Repor 1% do capital social	Percentual de capital social reposto	1% do capital social reposto ao final do exercício social de 2021	Repor 1% do capital social em 2021
	Criar 3 fontes de renda até 2021	Quantidade de fontes de renda criadas	3 fontes de renda criadas até dezembro de 2021	Criar receita a partir da Modelagem de projetos
Criar receita a partir da outorga de Garantia a projetos de PPP				

				Criar receita a partir da Gestão do FAP
	Atingir receita anual bruta de R\$ 2.200.000 em 2021	Percentual do valor definido	100% do valor definido recebido	Atingir receita bruta de R\$ 2.200.000,00 em 2021

Quadro 1 - Mapa estratégico

Na perspectiva Aprendizado e Crescimento foram definidos os objetivos estratégicos de “Aprimorar Estrutura de tecnologia da Informação (TI)”, cuja estratégia foi melhorar as estruturas internas da empresa, com a implantação de sistema financeiro e orçamentário, assim como a contratação de empresa especializada na gestão de todo o fluxo fiscal e trabalhista da empresa.

Já na perspectiva Processos Internos estabeleceu os objetivos estratégicos de “Aprimorar processos e procedimentos internos e externos”, “Implantar área de comunicação”, e “Realizar planejamento de contratações e aquisições para 2021”, cuja intenção foi implantar processo de modelagem de concessões e PPPs, para que a empresa possa expandir seu portfólio de projetos, além de implantar uma área de comunicação, de forma a apresentar para a sociedade os resultados alcançados pela empresa.

A perspectiva Resultados foram definidos os objetivos estratégicos de “Estruturar Fundo Imobiliário”, “Garantir todos os projetos solicitados através do FAP” e “Participar da modelagem de três projetos de concessões ou PPPs até 2021”, que tiveram como estratégia o foco da empresa em ações que efetivamente tenham relação com o objetivo institucional da empresa, de forma a obter os resultados que forma construídos desde a sua criação.

Por fim, na Perspectiva Financeira, foram identificados os objetivos estratégicos de “Repor 1% do Capital Social da Empresa”, “Criar 3 fontes de renda até 2021” e “Atingir receita anual bruta de R\$ 2.200.000 em 2021”, cujas ações tiveram a intenção de focar nos resultados financeiros da empresa.

Os objetivos traçados para 2021 na Perspectiva Resultado se Financeiro se alinharam diretamente com a missão da Alagoas Ativos, pois se voltaram prioritariamente para a realização de estratégias que tiveram como fim a prestação dos serviços para os quais a empresa foi criada, fechando, dessa forma, seu ciclo de implantação. A partir de 2021, a Alagoas Ativos passou a ter receitas oriundas diretamente de suas atividades, além de ter acompanhado a finalização de projetos que foram modelados pela sua equipe, passando, então, viver a sua missão de forma plena.

Quanto aos objetivos estratégicos traçados nas Perspectivas Aprendizado e Crescimento e Processos Internos se voltaram, prioritamente a apoiar a empresa, criando processos ágeis e em conformidade com o ordenamento jurídico aplicável, melhorando sua estrutura, de forma a acompanhar o seu crescimento e definindo metas financeiras que motivem a empresa a alcançar sua missão institucional.

2.2 MODELO E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Alagoas Ativos S.A. foi criada através da Lei 7.893, de 23 de junho de 2017, com a finalidade de dotar o Estado de mecanismos modernos de gestão e adequados à estrutura normativa vigente, otimizando desta forma a eficiência na gestão de ativos, visando o melhor atendimento ao interesse público.

Por ser uma empresa pública, a Alagoas Ativos S.A deve operar nos moldes da Lei Federal 13.303/2016, em conjunto com a Lei nº 6.404/76 e com o Decreto Estadual nº 52.555/2017, no tocante às exigências estatutárias, governança corporativa, treinamento de pessoal, compliance, controle interno e demais providências legais.

Dessa forma, a Alagoas Ativos apresentou, em 2021, a seguinte estrutura de Governança:

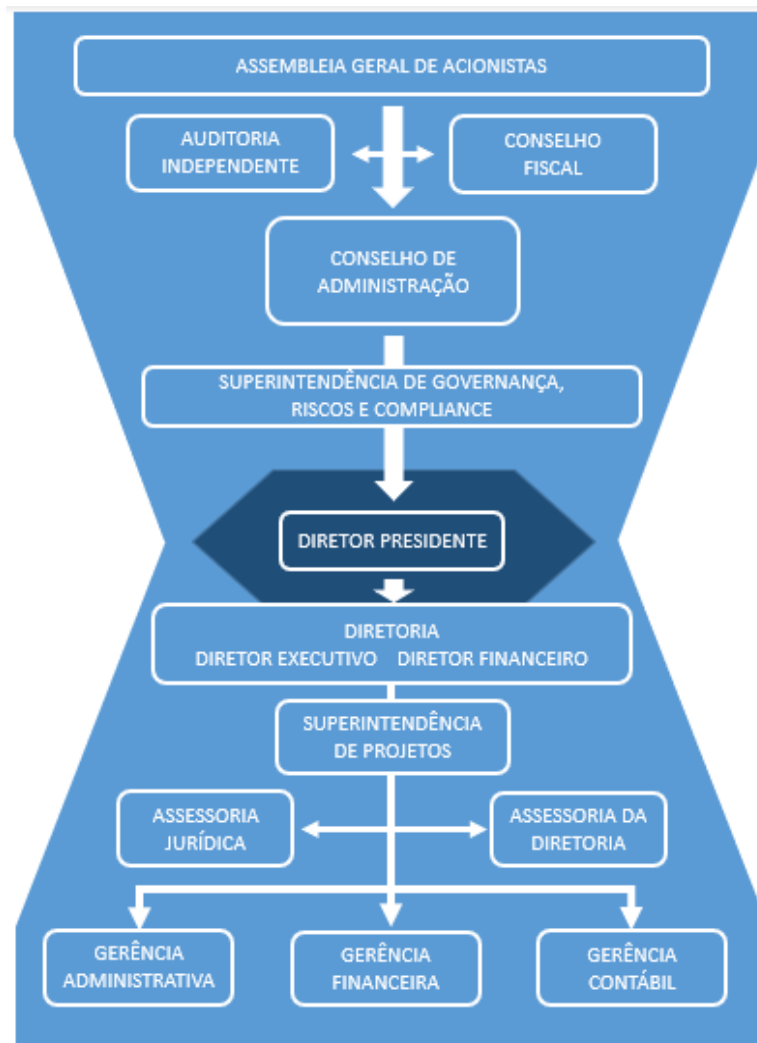


Figura 2 - Modelo de Governança

Em sua estrutura de Governança, hoje, a Alagoas Ativos mantém a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, além da Diretoria Geral, formada pela Presidência, Diretoria Executiva e Diretoria Financeira. Como órgãos internos de apoio à Governança existem a Superintendência de Governança, Riscos e Compliance, a Superintendência de Projetos, a Assessoria da Presidência, a Assessoria Jurídica, e as Gerências Administrativa, Contábil e Financeira, que também funcionam como órgãos de apoio à Gestão.

2.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

De acordo com seu Estatuto, a Alagoas Ativos, além da Assembleia Geral, dispõe de Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Geral como órgãos colegiados estatutários.

A. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão deliberativo da Companhia e é constituído por quatro membros escolhidos pela Assembleia Geral entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos os requisitos constantes no art. 5º do Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017.

Ao longo do ano de 2021 foram realizadas doze Reuniões Ordinárias, que aconteceram mensalmente conforme previsão do Estatuto Social da empresa, e uma Reunião Extraordinária e durante boa parte do ano, o Conselho funcionou com quatro membros e, em 01 de junho de 2021, foi empossada a Conselheira Maria Clara Cavalcante Bugarim, que se manteve até o fim do exercício na função.

Em 10 de agosto de 2021, nova Assembleia foi convocada para reconduzir a Sra. Gabriela Magalhães à função e, em 17 de novembro, a última Assembleia Ordinária reconduziu os Senhores José Ernesto de Sousa Filho e Antônio Tenório Cavalcante Neto ao Conselho.

O Conselho prestou um papel essencial nas decisões estratégicas da empresa, sempre alinhadas com as diretrizes do Governo do Estado, proporcionando suporte à Diretoria e direcionando a empresa a trabalhar com segurança e com as melhores práticas.

Adicionalmente, segue a composição do Conselho de Administração em 2021:

George André Palermo Santoro, Presidente do Conselho de 01/01/2021 a 31/12/2021.

José Ernesto de Sousa Filho, Conselheiro de 01/01/2021 a 31/12/2021.

Gabriela Magalhães Conselheira de 01/01/2021 a 31/12/2021.

Antônio Tenório Cavalcante Neto, Conselheiro de 01/01/2021 a 31/12/2021.

Maria Clara Cavalcante Bugarim, Conselheiro de 01/06/2021 a 31/12/2021.

B. DIRETORIA GERAL

A Diretoria Geral é composta pelo Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos os requisitos constantes no art. 5º do Decreto Estadual nº 52.555, de 2017.

Os critérios de elegibilidade de administradores, prazos de gestão e atribuições são fixados pelo Estatuto Social da Alagoas Ativos e segue os requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/16 e pelo Decreto Estadual nº 52.555/17.

A Alagoas Ativos funcionou com seu quadro de Diretores completo durante todo o ano, porém, em razão do fim do mandato, o acionista da empresa indicou novo Diretor Executivo, o Sr. Eder Correia de Araújo, que foi empossado pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2021.

Adicionalmente, seguem as informações individuais dos dirigentes, retratando a composição da Diretoria da Alagoas Ativos em 2021:

Antônio Tenório Cavalcante Neto, Presidente de 01/01/2021 a 31/12/2021.

José Helenildo Ribeiro Monteiro, Diretor Financeiro de 01/01/2021 a 31/12/2021.

Andrey Mello Cavalcante Gameleira, Diretor Executivo de 01/01/2021 a 27/07/2021.

Eder Correia de Araújo, Diretor Executivo de 27/02/2021 a 31/12/2021.

C. CONSELHO FISCAL

No ano de 2021 foram realizadas seis Reuniões Ordinárias e uma Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal da Alagoas Ativos, realizadas bimestralmente conforme preceitua o Estatuto Social da empresa. Na ocasião das reuniões foram aprovados os balancetes relativos ao bimestre anterior à reunião, que apresentavam as movimentações relativas aos gastos com pessoal, custeio e capital da empresa, os quais foram todos aprovados pelo Conselho.

Durante boa parte do ano de 2021, o Conselho Fiscal funcionou com todos os seus membros, porém na Assembleia Geral Ordinária que ocorreu em 17 de novembro, os Conselheiros José Ediberto de Omena e Isabella Laíse Menezes Vasconcelos Vieira foram reconduzidos, porém o mesmo não ocorreu com o Conselheiro Adrualdo de Lima Catão.

Adicionalmente, segue a composição do Conselho Fiscal em 2021:

Adrualdo de Lima Catão, Presidente do Conselho de 01/01/2021 a 17/11/2021.

Renata dos Santos, Conselheira de 01/01/2021 a 31/12/2021.

José Ediberto de Omena, Conselheiro de 01/01/2021 a 31/12/2021.

Isabella Laíse Menezes Vasconcelos Vieira, Conselheira de 01/01/2021 a 31/12/2021.

2.2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A atuação da auditoria interna é regulada pelo Estatuto Social do Alagoas Ativos, que prevê que a empresa deve ter uma estrutura administrativa que contenha área de compliance e área de auditoria interna, conforme determina a Lei nº 13.303/16 e o Decreto Estadual nº 52.555/17.

O Estatuto da empresa prevê que a área deverá ser vinculada diretamente ao Conselho de Administração e é responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras e pela elaboração de relatórios sobre as conclusões de todas as suas atividades, sempre visando a transparência e ao interesse público, assegurado o necessário sigilo durante a coleta e análise de dados e informações.

Em 2021, a área de Compliance focou no aperfeiçoamento das de suas estruturas internas, com a revisão anual do Programa de Compliance, da matriz de riscos da empresa, das políticas internas e dos procedimentos da área.

Em relação à auditoria interna, a área ficou na criação do Manual de Auditoria Interna, e dos procedimentos e padrões de atuação para que a primeira auditoria geral da empresa seja realizada em 2022.

2.2.3 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

Em atendimento às disposições da Lei nº 11.638/07, da Lei nº 6.404/76, da Lei nº 13.303/16 e das instruções, normas e procedimentos expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão, a Alagoas Ativos S.A. contratou em março de 2021 o serviço de auditoria independente para avaliação de suas Demonstrações Contábeis da empresa.

Nesses termos, as Demonstrações Contábeis da Alagoas Ativos referentes ao exercício de 2019, foram avaliadas pela empresa Convicta Auditores Independentes SS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.061.922/0001-05, contratada por meio de dispensa de licitação, e entregou seu relatório contendo avaliação sobre o balanço patrimonial, demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa.

O relatório da Auditoria Independente consta do Anexo II deste relatório.

2.2.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

De acordo com o Regimento Interno da Alagoas Ativos, é de competência da Assessoria de Compliance e Auditoria Interna, a verificação do cumprimento de obrigações, da conduta, integridade, gestão de riscos, prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude dentro da empresa, além de cuidar da implementação e cumprimento do Código de Conduta e Integridade da Companhia.

Nesse sentido, não houve ilícitos administrativos a serem apurados no ano de 2021, não havendo atividade de correção nesse período.

2.2.5 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO

Do mesmo modo que o item anterior, em 2021 não houve condutas por parte dos colaboradores da empresa que dessem causa à apuração de responsabilidade por danos ao erário.

2.2.6 POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

A Alagoas Ativos é uma empresa pública que não possui subsidiárias e não está conglomerada ou coligada a nenhuma outra empresa estatal. Não há, portanto, política de designação de representantes de Assembleias e Colegiados de controladas e coligadas ou de Sociedades de Propósito Específico.

2.2.7 MODELO DE GOVERNANÇA DA ENTIDADE EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS DO CONGLOMERADO

Conforme item anterior, como a empresa não possui subsidiárias, controladas ou coligadas, não fazendo parte de conglomerado, não existe modelo de governança dessa natureza.

2.2.8 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE.

A Alagoas Ativos é uma empresa pública que tem o Estado de Alagoas como seu único acionista. Dessa forma, não há participação acionária de qualquer membro dos colegiados da entidade.

2.3 CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A Alagoas Ativos S.A. foi criada para fazer parte do Programa de Concessões e Parceria Público-Privada do Estado de Alagoas, publicado pela Lei Estadual nº 8.232, que possui o intuito de promover, fomentar e disciplinar a realização de concessões e parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta.

A referida lei foi publicada após diversos estudos sobre as concessões e PPPs existentes no Estado e traz as diretrizes de estruturação e governança do Programa de Concessões e PPPs, o Plano Estadual de Concessões e PPPs, além de dispor sobre os instrumentos, regras de licitação e contratos firmados no âmbito do Programa.

Nesse contexto criado, a Alagoas Ativos tem o papel principal de ser responsável por gerir o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, criado para garantir o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas em contratos de concessão e de PPPs, enquanto parceiro público.

Ainda, a empresa tem como um de seus objetivos institucionais ser uma entidade de auxílio ao Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral, de forma a viabilizar projetos de concessão e de parcerias público-privadas junto às Secretarias de Estado interessadas, realizando análises e modelagens de projetos de concessões e parcerias público-privadas.

A Alagoas Ativos também é responsável pela gestão patrimonial e dos ativos do Estado de Alagoas ou de seus órgãos e entidades da administração direta, auxiliando na conservação, manutenção e melhor aproveitamento dos bens públicos estaduais.

Em relação aos principais programas e projetos, a empresa realizou estudos sobre projetos de PPPs e concessões para o Estado de Alagoas, avaliando diversas demandas dos órgãos estaduais e analisado a sua viabilidade enquanto projeto de PPP e concessão.

Em relação às metas que dizem respeito ao cumprimento de políticas públicas do Estado de Alagoas, a empresa definiu três objetivos estratégicos principais: Estruturar Fundo Imobiliário, garantir todos os projetos solicitados através do FAP e Participar da modelagem de Concessões e PPPs até 2021.

Em 2021, a empresa a empresa cumpriu as seguintes metas:

- a) Finalizar projeto do Abatedouro Regional de Viçosa;
- b) Realizar modelagem do Aeroporto de Maragogi;
- c) Garantir projeto SANAMA através do Fundo Alagoano de Parcerias;
- d) Iniciar negociações sobre garantias com SANEMA;
- e) Iniciar negociações sobre garantias com Iguá;
- f) Criação de receita a partir da gestão do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP;
- g) Criação de receita a partir de garantia de projetos através do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP;

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa detalhada consta do Anexo I deste relatório.

2.4 CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Estrutura de Governança da Alagoas Ativos é composta por um Conselho de Administração, integrado por cinco membros escolhidos pela Assembleia Geral, observados os requisitos constantes no art. 5º, do Decreto Estadual nº. 52.555, 2017, que regulamenta a Lei nº. 13.303/2016, e uma Diretoria Geral, constituída por três Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, eleitos pelo Conselho de Administração.

Como instância maior de fiscalização da empresa está o Conselho Fiscal, composto por quatro membros, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, e eleitos pela Assembleia Geral Ordinária

A empresa conta, ainda, com uma Superintendência de Governança, Riscos e Compliance, responsável tanto pela implantação, execução e monitoramento do Sistema de Compliance da empresa, da verificação da conformidade da empresa às exigências legais e pela implantação, execução e monitoramento da auditoria interna da empresa e avaliação e acompanhamento dos controles internos de cada área.

Como resultado do trabalho realizado por esta Superintendência em 2021, a empresa conta com os seguintes documentos internos:

- a) Código de Conduta Ética
- b) Política de Classificação de Informações
- c) Política de Divulgação de informações
- d) Política de Porta-Vozes
- e) Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses
- f) Política de Indicação de Administradores
- g) Política de Distribuição de Dividendos

- h) Política de Remuneração dos Administradores
- i) Política de Diárias e Passagens
- j) Políticas de Compliance
- k) Política de Fornecedores
- l) Política de Avaliação de Imóveis
- m) Políticas de Combate à Lavagem de Dinheiro, Nepotismo e Fraude
- n) Política de Atuação em Projeto
- o) Política de Capacitação

Outros documentos essenciais para o desenvolvimento das atividades da empresa são o Estatuto Social e o Regimento Interno, ambos revisados em 2021.

Importante mencionar que todas as mudanças de diretoria e as contratações realizadas em 2021 foram precedidas do procedimento de due diligence, ou diligência prévia, implantado pela Superintendência de Governança, Riscos e Compliance para verificar a adequação da pessoa ao cargo, o preenchimento dos requisitos legais e regimentais e a existência de alguma situação de conflito de interesse que possa prejudicar ou interferir nas atividades da Alagoas Ativos.

Mantendo sua atuação em conformidade com as exigências legais, a área continuou a operar e gerenciar o canal de denúncias, por meio do sistema virtual e-OUV e o sistema de informações ao cidadão e-SIC, ambos coordenados pela Controladoria Geral do Estado – CGE, em que qualquer cidadão pode pedir informações, adequando a empresa às exigências de transparência governamental.

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa detalhada consta do Anexo I deste relatório.

2.5 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

A Alagoas Ativos, pautada em seus valores Ética, Transparência, Competitividade, Responsabilidade Socioambiental e Compromisso com a Sociedade, tem como um de seus princípios de atuação a clareza de sua atuação e publicidade de suas informações e tem, como seus principais canais de comunicação, o site da empresa, o contato telefônico, contato via e-mail institucional, o canal de denúncias disponibilizado no site da empresa, além de visita presencial a sua sede.

Por sua vez, ainda não dispõe de dados sobre participação cidadã em seus processos decisórios, nem possui resultados de satisfação dos seus usuários, tendo em vista ainda não ter os procedimentos implantados para aferir esse grau.

No que se refere a mecanismos de comunicação social, a empresa possui uma seção específica de Transparência em seu site, onde disponibiliza todas as informações cabíveis e necessárias, tanto internas, quanto em relação à sua atividade fim, para acesso fácil e rápido por todos os interessados.

Dessa forma, e em conjunto com a infraestrutura de sua sede adequada à acessibilidade de todos os cidadãos, tem o objetivo de manter a transparência e de seus dados, documentos e informações a todos que tenham interesse.

Em observância aos requisitos legais da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/11, e da Lei Estadual nº 8.087/19, a Alagoas Ativos possui sua Carta de Serviços ao Cidadão, que possui as seguintes informações:

DESCRIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (NOME, FINALIDADE, LEGISLAÇÃO)

Empresa pública integrada à administração indireta do Estado de Alagoas, criada pela Lei Estadual nº 7.893, de 23 de junho de 2017, tendo sua estrutura disciplinada pelas normas internas definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Geral da empresa.

É responsável pela viabilização da implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado, gerir os ativos patrimoniais do Estado e de entidades da administração indireta, além dos ativos financeiros, mobiliários e fiduciários do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP e estruturar e implementar operações para obtenção e recursos junto ao mercado de capitais.

COMPROMISSOS E PADRÕES DE QUALIDADE**Prioridade de Atendimento**

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender aos usuários dos serviços públicos que comparecerem à Sede da empresa por ordem de chegada, ressalvados os casos de urgência e prioridade legal;
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender com prioridade, às pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais, idosos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo;
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a garantir a acessibilidade às pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais.

Previsão do Tempo de Espera para Atendimento

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender aos usuários em sua Sede por ordem de chegada, ressalvados os casos de urgência, em até dez minutos;
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender as ligações telefônicas em até (cinco) toques.
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a responder e-mails em até quarenta e oito horas úteis.
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a respeitar os prazos legais de resposta a solicitações via Sistema de Informações ao Cidadão ou via Ouvidoria.

Mecanismo de Comunicação com os Usuários

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a disponibilizar mecanismos de comunicação com os usuários dos serviços públicos, como e-mail, número de telefone, número de celular, atendimento presencial, formulários impressos e sistemas eletrônicos.

Procedimentos para Receber e Responder as Manifestações dos Usuários

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a disponibilizar meios de comunicação ao usuário do serviço público para apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço público, seja pela via presencial na sede da Empresa ou via sistema de solicitação de informações e de manifestação de informações, como e-mail, número de telefone, número de celular, atendimento presencial, formulários impressos e sistemas eletrônicos.

Mecanismos de Consulta por Parte dos Usuários, Acerca do Andamento do Serviço Solicitado ou de Eventual Manifestação

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a disponibilizar aos usuários dos serviços públicos o andamento do serviço solicitado e de eventual manifestação presencialmente ou por meio dos canais eletrônicos e-SIC e e-Ouv.

QUADRO GERAL DE SERVIÇOS (2)

1. Serviço de Informação ao Cidadão
2. Ouvidoria

<u>INFORMAÇÕES</u>	<u>HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO</u>																			
Endereço: Edf. Delman Empresarial, Rua Sampaio Marques, 25, sala 608, Pajuçara, Maceió/AL, CEP 57030-107 Telefones: (82) 98862-0344 Dirigente: Antônio Tenório Cavalcante Neto Diretor Presidente Site oficial do Órgão: www.alagoasativos.com E-mail oficial do Órgão: contato@alagoasativos.com		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Início</th> <th>Fim</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Segunda-feira</td> <td>08:00</td> <td>17:00</td> </tr> <tr> <td>Terça-feira</td> <td>08:00</td> <td>17:00</td> </tr> <tr> <td>Quarta-feira</td> <td>08:00</td> <td>17:00</td> </tr> <tr> <td>Quinta-feira</td> <td>08:00</td> <td>17:00</td> </tr> <tr> <td>Sexta-feira</td> <td>08:00</td> <td>17:00</td> </tr> </tbody> </table>		Início	Fim	Segunda-feira	08:00	17:00	Terça-feira	08:00	17:00	Quarta-feira	08:00	17:00	Quinta-feira	08:00	17:00	Sexta-feira	08:00	17:00
	Início	Fim																		
Segunda-feira	08:00	17:00																		
Terça-feira	08:00	17:00																		
Quarta-feira	08:00	17:00																		
Quinta-feira	08:00	17:00																		
Sexta-feira	08:00	17:00																		

Esta é a Carta de Serviços ao Usuário do(a) Alagoas Ativos - Alagoas Ativos, gerada automaticamente a partir dos Dados Abertos do Guia de Serviços do Governo de Alagoas (<http://servicos.al.gov.br>), disponibilizados em cumprimento ao Art. 8º, § 3º, III da Lei Federal 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao Art. 5º do Decreto Estadual 58.690/2018. A Carta de Serviços ao Usuário é uma obrigação legal determinada pelo Art. 7º da Lei Federal 13.460/2017 e pelo Art. 5º do Decreto Estadual 58.690/2018.

Quadro 2 – Carta de Serviços

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 PRINCIPAIS RISCOS

Mapa de Riscos

Perspectiva	Tipo de Risco	Principais riscos
Resultados	Operacional	Demora nos processos advindos da cadeia de valor
	Estratégico	Descontinuidade de projetos em razão de estratégias de Governo
Processos Internos	Operacional	Não conseguir desenvolver os processos principais da empresa
	De conformidade	Não possuir estruturas que reforcem a segurança das informações sensíveis
Aprendizado e Crescimento	Estratégico e Operacional	Não ter pessoal capacitado para atuar na atividade fim da empresa
Financeira	Estratégico	Utilização do capital social

Quadro 3 - Mapa de Riscos

3.1.1 PERSPECTIVA CLIENTES

Em relação à perspectiva Clientes, a Alagoas ativos tem como principais riscos:

- Demora nos processos advindos da cadeia de valor – risco operacional que impacta diretamente na missão institucional na empresa, tendo em vista que a atuação da empresa depende de processos anteriores advindos dos órgãos demandantes das concessões e PPPs e a demora nessa cadeia de valor pode interferir nas atividades da empresa e em sua sustentabilidade de longo prazo.
- Descontinuidade de projetos em razão de estratégias de Governo – risco estratégico que afeta diretamente a atuação e as receitas da empresa, tendo em vista que a decisão do Governo do Estado em descontinuar um projeto de concessão e parceria público-privada prejudica a atuação da Alagoas Ativos e a obtenção de receitas advindas desse projeto, inclusive quanto a potencial utilização do mecanismo de garantias operado pela empresa.

3.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

- Não conseguir desenvolver os processos principais da empresa – risco operacional que configura a dependência da empresa em um processo de desenvolvimento dos fluxos padrão de concessões e PPPs que envolve diversos órgãos governamentais da esfera estadual, prolongando a sua definição e, por conseguinte, a operacionalização da empresa.
- Não possuir estruturas que reforcem a segurança das informações sensíveis – risco de conformidade que afeta diretamente a atuação estratégica da Alagoas Ativos, uma vez que a empresa lida com informações estratégicas, sensíveis e sigilosas e a sua divulgação não autorizada ou utilização por interesses individuais gera prejuízo de competitividade, de imagem e financeiro.

3.1.3 APRENDIZADO E CONHECIMENTO

- Não ter pessoal capacitado para atuar na atividade fim da empresa – risco estratégico que se funda na dependência da Alagoas Ativos no conhecimento e na mão de obra de terceiros, uma vez que não tem pessoal capacitado para modelar projetos de grande porte de concessão e PPP, nem realizar os estudos específicos pertinentes.

3.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA

- Utilização do capital social - risco estratégico que se funda na sustentabilidade da empresa, tendo em vista estar utilizando seu capital social porquanto não possui fontes de renda capazes de manter sua estrutura e repor o capital já utilizado.

Por fim, em relação aos riscos referentes a ações trabalhistas, em 2021, a empresa não foi surpreendida com nenhuma demanda. Portanto, não há informações pertinentes a esse tema.

3.2 MODELO DE GESTÃO DOS RISCOS

A gestão do risco da empresa é realizada semestralmente em Reunião de Análise de Riscos, momento em que a situação da empresa é analisada criticamente, assim como todos os riscos relacionados as suas atividades internas e externas, principais e de apoio, são avaliados e são definidas as ações e metas para monitoramento e controle dos principais riscos que podem interferir na persecução dos objetivos institucionais da empresa.

Em relação aos riscos relacionados especificamente aos seus objetivos estratégicos, elenca-se os seguintes:

GERENCIAMENTO DE RISCO			
PROBLEMA	CAUSA	SOLUÇÃO	TIPO DE RISCO
Demora no processo advindo da cadeia de valor	Falta de conhecimento do processo	Apresentação para todos os envolvidos do funcionamento processo de PPP	OPERACIONAL
Descontinuidade de projetos em razão de estratégias de Governo	Desinteresse do Governo em continuar com o projeto	Montar uma carteira com projetos viáveis e de alto retorno para o Estado e para a sociedade	ESTRATÉGICO
Não conseguir desenvolver os processos principais da empresa	Demora em consenso dos envolvidos	Definir o processo	ESTRATÉGICO
Não possuir estruturas que reforcem a segurança das informações sensíveis	Falta de estrutura, normas e procedimentos internos	Desenvolver políticas de segurança da informação e implantar procedimentos a serem seguidos	CONFORMIDADE
Não ter pessoal capacitado para atuar na atividade fim da empresa	Não ter pessoa com expertise em PPP	Contratar pessoa que conheça de PPP	ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
Utilização do capital social	Não ter iniciado as operações	Gerar receita	ESTRATÉGICO

Quadro 4 - Gerenciamento de Riscos

O controle interno da empresa é realizado principalmente com base em planilhas de controle financeiro e contábil, além de planilhas de controle de licitações, contratos e processos administrativos.

No que se refere às demandas judiciais, a empresa possui um departamento jurídico, representado pela Assessoria Jurídica, responsável pelas demandas jurídicas internas, em relação aos processos administrativos essenciais para o desenvolvimento das atividades diárias da empresa.

A Assessoria Jurídica também é responsável pela gestão e controle de demandas judiciais que envolverem os interesses da empresa. No entanto, no ano de 2021, a Alagoas Ativos não sofreu nem demandou judicialmente, não havendo necessidades dessa gestão, nem existindo números ou dados que representem os resultados do departamento.

4. RESULTADO DA GESTÃO

4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DE GESTÃO

4.1.1 PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

A Alagoas Ativos definiu como objetivo estratégico específico a implantação de sistema para auxiliar nos processos financeiros e orçamentários da empresa, o que foi realizado durante o ano e se encontra em avaliação e monitoramento.

Outro objetivo estratégico da perspectiva Aprendizado e Crescimento foi “Contratar empresa especializada para assessorar as áreas fiscal e trabalhista da empresa”, que também foi completada ainda em 2021. Assim, a Alagoas Ativos hoje é assessorada por escritório de contabilidade especificamente para as áreas mencionadas.

Ainda em relação a esta perspectiva, a empresa também realizou diversas capacitações de sua equipe durante o ano, o que já se tornou uma prática habitual da empresa e que não mais precisa ser considerada como um objetivo estratégico, tendo em vista que todos da equipe participam de, pelo menos, uma capacitação durante o ano, o que será detalhado a seguir.

Compete asseverar que em decorrência dos consectários da pandemia da Covid-19, a participação presencial em cursos teve de ser modulada para a participação dos integrantes do quadro da Alagoas Ativos S/A em cursos à distância, o que, ao final das contas, impactou em economicidade dos investimentos para aquisição de passagens aéreas e concessão de diárias, sem que fosse suprimida, contudo, a contínua persecução e estímulo para o contínuo aperfeiçoamento da atividade profissional nos diversos ramos de atuação interna da Companhia.

A. CURSO PRÁTICO DE IMPLEMENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO À LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS 1.0, PLANO ESTRATÉGICO E COMPLIANCE FÁCIL

O curso prático de implementação e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados foi realizado na modalidade in company e teve como mote a imersão de todos os integrantes da Alagoas Ativos S/A no estudo dos aspectos teóricos e práticos acerca da referida legislação, ocasião em que foram abordados os temas atuais, casos práticos e adequação da Companhia aos preceitos da LGPD. O curso forneceu um panorama sobre a LGPD, compreendendo os temas mais importantes para auxiliar no processo de adequação com a nova lei, tais como: fundamentos e âmbito de aplicação, princípios e direitos do titular, responsabilidade dos agentes, aspectos internacionais, segurança e privacy by design, sistema sancionatório e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, entre outros. Também foi abordado como interpretar a LGPD em conjunto com a legislação pertinente, como o Marco Civil da Internet, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei do Cadastro Positivo. Houve, ainda, a revisão e alinhamento do planejamento estratégico, compliance e mapeamento de fluxos internos e externos com as novas diretrizes trazidas pela Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018. O curso foi dividido em 04 (quatro) módulos, sendo um por dia, abordando 46 (quarenta e seis) questões, conceitos e casos práticos.

Ainda sobre o tema, houve a participação dos integrantes da companhia no Curso “Lei Geral de Proteção de Dados na Administração Pública”, na modalidade EAD, que possibilitou aos participantes compreender os principais conceitos trazidos pela Lei e saber quais são as etapas

que as Instituições precisam realizar para se adequarem à LGPD nos aspectos específicos referentes a todos os agentes públicos envolvidos na implantação e operacionalização da LGPD em órgãos e entidades públicas.

B. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SECRETARIADO E ASSESSORIA EXECUTIVA

O curso teve por objetivo capacitar a Secretária Executiva da Alagoas Ativos S/A a administrar a sobrecarga de tarefas de forma eficaz e direcionar o tempo para aumentar a efetividade e eficácia do trabalho, desenvolvendo técnicas eficientes que envolvem Design Thinking, metodologias ágeis e gestão do tempo, além de outras atribuições inerentes ao cargo, fazendo disso uma vantagem competitiva. Foi abordado como usar a inteligência emocional para administrar conflitos e planejar as atividades com um bom desempenho. No mais, foram abordados temas com o fito de capacitar o participante quanto à postura profissional, ética profissional e empresarial, cultura e etiqueta corporativa, gerenciamento de projetos, técnicas secretariais, agenda e follow-up.

C. CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM COMPLIANCE FINANCEIRO – CPC-F

O curso abrangeu o seguinte conteúdo programático: PLD/FT, Compliance Anticorrupção, Programa de Conformidade, Programa de PLD, FATCA, Due Diligence, Conhecimento do fornecedor, Conhecimento do cliente, responsabilidade de gestores e administradores, Cyber security e segurança da informação, LGPD. O curso foi apresentado de forma virtual, tanto ao vivo, quanto em aulas gravadas. Tendo em vista que o Programa de Compliance da Alagoas Ativos está implantado e está na etapa de acompanhamento contínuo e ainda, considerando que a empresa está trabalhando na construção e estruturação do Fundo de Investimento Imobiliário do Estado de Alagoas, fez-se necessária a capacitação específica da Assessora de Compliance sobre o tema, de forma a cumprir as exigências previstas na legislação aplicável e receber certificação pertinente ao cargo.

D. CAPACITAÇÃO EM IFRS

Tendo em vista que a Alagoas Ativos S/A é uma Estatal auditada anualmente, fez-se necessário que a Gerência Contábil se atualizasse quanto as Normas Internacionais de Contabilidade, a fim de demonstrar os resultados e as mudanças na posição financeira aos seus usuários. O curso foi realizado na modalidade EAD e teve seu conteúdo programático dividido em 05 (cinco) módulos abrangendo Apresentação das Demonstrações Contábeis, Contabilização dos Principais Ativos e Passivos, Tópicos Especiais da Contabilidade Internacional, Contabilidade de Grupos Econômicos, Combinação de Negócios e Equivalência Patrimonial, Receitas, Instrumentos Financeiros e leasing.

E. SCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL (ECF)

O evento, realizado na modalidade EAD, tratou como as empresas devem gerar a nova Escrituração Contábil Fiscal, de acordo com o manual de orientação do layout da ECF e com a Instrução Normativa RFB nº 2004/2021 e posteriores alterações. O curso teve como conteúdo programático: CONCEITOS E OBJETIVOS: Pessoas Jurídicas obrigadas e desobrigadas a apresentar a ECF; Novidades trazidas na ECF neste exercício; Prazos para entrega; Penalidade pela não entrega; Novas regras para retificação; Validações relativas à receita bruta e dedução de retenções na fonte; Ajustes do lucro líquido (adições, exclusões e compensações); Cruzamentos da ECF com outras declarações acessórias; Cuidados a serem tomados com a ECF; Associação das contas contábeis recuperadas do Sped Contábil (ECD); BLOCOS DOS ARQUIVOS: Abertura, importações e integrações: Bloco 0 – Abertura do Arquivo; Bloco C – Recuperação de dados da ECD; Bloco E – Recuperação de dados da ECF e Cálculo Fiscal; DADOS DO ECD: Bloco J – Plano de Contas Mapeamento; Bloco K – Saldos das Contas Referenciais; LUCRO REAL: Bloco L – Lucro Real; Bloco M – e-Lalur / e-Lacs; Bloco N – Cálculo do IRPJ e CSLL; LUCRO PRESUMIDO: BLOCO P: Apuração IRPJ; Apuração CSLL; Demonstrativo de Livro Caixa; Escrituração Contábil; LUCRO ARBITRADO: BLOCO T: Imunes e Isentas: Bloco U – Apresentação Básica; Bloco V – Declaração DEREEX; Bloco W – Declaração País-a-País; Informações Econômicas: Bloco X; Informações Gerais: Bloco Y.

F. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE CONSELHEIROS

O PDC – Programa de Desenvolvimento de Conselheiros teve a participação do Diretor-Presidente da Companhia, aspirando o objetivo de preparação para o exercício pleno e eficaz do papel de conselheiro. Promoveu a compreensão profunda sobre a função e as responsabilidades do Conselho de Administração, permitindo que o participante compreenda a relevância, a complexidade e o alcance do Conselho na dinâmica atual dos negócios. Trata-se de um curso para conselheiro de administração que estimula a reflexão e a aplicação prática em um ambiente propício para a formação de uma rede de contatos selecionada, forte e duradoura. No mais, capacitou o participante a construir repertório, tratando os temas e conceitos que o conselheiro precisa conhecer e apreender nos campos da Governança e da Gestão. Tratou de um conjunto de práticas e habilidades que o conselheiro precisa desenvolver para atuar, incluindo o aspecto comportamental: o que é esperado de um indivíduo que atua no papel de conselheiro. Proporcionou, ainda, oportunidades e ambiente favorável à reflexão crítica e profunda sobre o papel do Conselho e do conselheiro, suas responsabilidades e atribuições perante os diversos stakeholders da empresa.

G. CURSO PREPARATÓRIO PARA A CERTIFICAÇÃO CPA-20

O curso teve a participação do Diretor-Financeiro e da Assessora de Compliance da Companhia, realizado de forma telepresencial. A Certificação Profissional ANBIMA – Série 20, ou CPA 20, foi criada para certificar os profissionais que atuam na distribuição de produtos de investimento para clientes dos segmentos varejo alta renda, private, corporate e investidores institucionais em agências bancárias ou em plataformas de atendimento, em instituições financeiras em geral, além de profissionais que atuam em áreas correlatas em autarquias e órgãos público e empresas estatais. A referida certificação se fez necessária tendo em vista a atuação da

Alagoas Ativos no sistema financeiro, como administradora do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP, onde gerencia recursos financeiros destinados a garantir projetos públicos, além de estar em seu rol a gestão de ativos mobiliários e imobiliários do Estado de Alagoas, inclusive com a possibilidade de criação do Fundo de Investimentos Imobiliários do Estado. Assim, a certificação foi essencial para a atuação do Diretor Financeiro da empresa e para a Assessora de Compliance, que gerencia riscos e a aderência da empresa à regulação pertinente.

4.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

No que se refere à Perspectiva Processos Internos, a Alagoas Ativos estabeleceu o objetivo estratégico de “Aprimorar processos e procedimentos internos e externos” e, como a empresa já padronizou todos os processos internos, passou a focar nos processos externos, ou seja, naqueles processos que se referem a suas atividades principais.

Nesse sentido, a empresa passou a direcionar seus esforços na padronização dos processos referentes ao serviço de modelagem de projetos de concessões e parcerias público-privadas, tomando como base todo o procedimento realizado no projeto do Abatedouro de Viçosa, que está em sua fase final. Houve progresso nesse desenvolvimento, porém a empresa ainda precisa realizar ajustes finais nesta padronização de forma a efetivamente concluir esse objetivo.

Ainda em referência a esse objetivo estratégico, a empresa também iniciou o desenvolvimento de processos referentes ao Fundo de Investimentos Imobiliários do Estado de Alagoas, porém, durante o esse procedimento, a empresa identificou a necessidade de contratação de empresa especializada na estruturação e administração do Fundo, o que provavelmente eximirá a Alagoas Ativos da realização desses processos, que ficarão a cargo da empresa contratada. Dessa forma, a realização deste objetivo ficou suspensa até decisão final sobre a rota a ser seguida para a criação do referido Fundo.

Também na Perspectiva Processos Internos, a empresa definiu os objetivos de contratar uma assessoria de comunicação e, conseqüentemente, desenvolver os planos de comunicação interna e externa da empresa. Ocorre que, durante o ano de 2021, a empresa identificou outras prioridades em relação à equipe e a atividades a serem desenvolvidas pela empresa, o que postergou a persecução desse objetivo.

Por fim, no que se refere à organização interna, todos os anos a empresa define e planeja as contratações e aquisições a serem realizadas no ano seguinte, fazendo as previsões necessárias para o adequado funcionamento da empresa, para que se possa prever corretamente em seu orçamento os valores que serão gastos, o que foi totalmente realizado em 2021.

4.1.3 PERSPECTIVA CLIENTES

Em relação à perspectiva Clientes, a empresa definiu os objetivos de “Estruturar Fundo Imobiliário”, “Garantir todos os projetos solicitados através do FAP” e “Participar de três projetos de concessões ou PPPs até 2021”.

A Alagoas Ativos realizou significativos avanços nas ações relacionadas ao projeto do Abatedouro Regional de Viçosa e às garantias conferidas pelo Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, apesar de também ter caminhado com algumas ações referentes a outros projetos, como se verá a seguir.

A. FUNDO ALAGOANO DE PARCERIAS - FAP

O surgimento da Lei nº 11.079/2004 trouxe o instituto das parcerias público-privadas, que harmoniza o interesse da administração pública em desenvolver projetos públicos com o interesse do setor privado em realizar investimentos seguros e rentáveis. Uma grande preocupação da referida lei é oferecer ao parceiro privado a segurança necessária no intuito de atrair recursos e investimentos para os projetos públicos. Essa segurança pode ser refletida na criação de garantias conferidas pela administração pública aos parceiros privados, a fim de mitigar os riscos de inadimplemento das contraprestações assumidas pelo parceiro público.

Com este objetivo, o FAP foi criado formalmente no final de 2019 e tem por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelo Estado de Alagoas, na condição de parceiro público, em virtude de contratos de PPPs, não podendo ser extinto antes da quitação da totalidade dos débitos garantidos ou da liberação das garantias pelos credores.

Com natureza jurídica de direito privado, o FAP tem patrimônio próprio e separado do patrimônio de seus cotistas, sendo sujeito de direitos e obrigações próprias, onde o Estado de Alagoas é constituído como seu cotista inicial. Seu Estatuto e Regulamento já foram criados e sua estrutura contará com uma Assembleia de Cotistas e um Conselho Consultivo, a quem caberá a análise técnica dos pedidos de garantias de projetos efetuados ao Fundo.

O FAP será administrado e gerido pela Alagoas Ativos e, a princípio, o FAP será constituído por retenções mensais no percentual de 12% dos repasses a título de FPE recebidos pelo Estado de Alagoas, que ficarão temporariamente na conta do Fundo para caso seja necessário garantir alguma contraprestação pública. Assim será o funcionamento do Fundo:

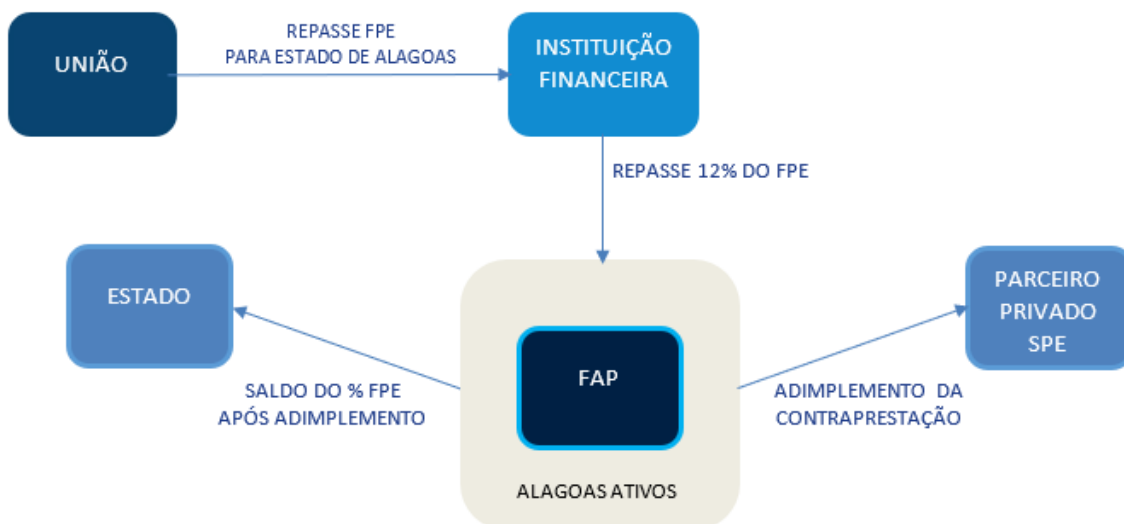


Figura 3 - Fluxo de PPPs

Não houve objetivo estratégico específico relacionado ao Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, tendo em vista que ele foi totalmente estruturado ainda em 2020, sendo finalizado a assinatura do contrato entre a Alagoas Ativos, a SEFAZ/AL e o Banco do Brasil, instituição

financeira que funcionará como Agente de Pagamento das garantias outorgadas pelo Fundo, tendo em vista ser o banco responsável pelos repasses do FPE aos Estados.

Além da assinatura do contrato, todos os processos internos necessários ao funcionamento do Fundo também foram mapeados e padronizados, quais sejam, os processos de contratação, acionamento e devolução. Em consequência, a empresa convocou Assembleia de Cotistas para alteração da documentação institucional do Fundo – Estatuto e Regulamento Interno.

Com o contrato, Estatuto e Regulamento devidamente adequados à realidade atual, o Fundo passou a estar efetivamente apto a funcionar e receber solicitações de garantias, já recebendo os repasses mensais do FPE e pronto para garantir projetos de parcerias público-privadas nos quais o Estado de Alagoas seja o parceiro público, aguardando somente a integralização das cotas pelo Estado de Alagoas.

O ano de 2021 foi extremamente importante em relação do FAP, tendo em vista que, em março, deu-se efetivamente início à administração do referido fundo, o que gerou a primeira receita da Alagoas Ativos, referente a sua remuneração pela gestão do Fundo.

B. ESTRUTURAR FUNDO IMOBILIÁRIO

Quanto ao objetivo estratégico referente à estruturação do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas, foi um dos focos principais da empresa para 2021, tendo a Alagoas Ativos realizados vários avanços.

Durante 2021, a Alagoas Ativos buscou a melhor forma de realizar a estruturação desse Fundo e focou principalmente no desenvolvimento do termo de referência, edital e contrato para que pudesse iniciar esse processo de contratação, o que se provou uma tarefa complexa. Também focou na apresentação do projeto para o mercado financeiro, de forma a medir o interesse de grandes players na administração do Fundo Imobiliário de Estado de Alagoas.

Dessa forma, pela própria complexidade deste objetivo, a empresa, apesar de ter realizado diversos avanços, ainda não obteve êxito em concluí-lo, postergando sua finalização para 2022.

C. GARANTIR TODOS OS PROJETOS SOLICITADOS ATRAVÉS DO FAP

Como mencionado no item A. desta seção, o FAP foi efetivamente estruturado e entrou em funcionamento em 2020, podendo ser solicitado e outorgar garantias a projetos do Estado de Alagoas, o que ocorreu efetivamente em 2021.

Após a completa estruturação do Fundo, interessados em receber garantia de contraprestações contratadas entre o Estado de Alagoas entraram em contato com a Alagoas Ativos, obtendo-se êxito na contratação com a SANEMA – Saneamento de Maceió, em contrato assinado em 05 de maio de 2021, na ordem de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) mensais.

As ações de administração e efetiva outorga de garantia foram responsáveis pela autossuficiência financeira da Companhia no ano de 2021.

Ainda em 2021, outras Concedentes e Concessionárias também tiveram interesse em realizar suas garantias pelo FAP, porém, em 2021, não houve maiores desenvolvimentos, ficando como principais focos da empresa para 2022.

D. PARTICIPAR DE TRÊS PROJETOS DE CONCESSÕES OU PPPS ATÉ 2021

Em 2021, a empresa realizou os maiores avanços em relação às modelagens de concessões e PPPs, tendo vários desenvolvimentos importantes quanto aos projetos e tendo cumprido o objetivo de participar de três projetos dessa natureza, uma vez que participou do projeto do Abatedouro Regional de Viçosa, da Concessão do CEASA e do Aeroporto de Maragogi.

O Projeto que mais obteve avanços significativos foi o Abatedouro de Viçosa, tendo em vista que o Projeto finalmente foi finalizado em 2021. Após a entrega dos estudos principais, realizou roadshows, consulta e audiência públicas e entregou as minutas de edital e contrato da licitação para a sua concessão, a licitação foi realizada em junho e efetivamente concedida, sendo o primeiro case de sucesso da Alagoas Ativos.

Quanto ao projeto do CEASA, a empresa já havia apresentado estudos preliminares, porém, por conta do lapso temporal entre a sua realização e o presente momento, foi solicitada a sua atualização para que a empresa possa passar para as próximas etapas.

Por fim, em relação ao Aeroporto de Maragogi, a empresa entregou os primeiros estudos preliminares e realizou diversas reuniões de desenvolvimento do projeto com o órgão interessado, o que avançou bastante o seu desenvolvimento. Ainda, tendo em vista que as obras da estrutura do Aeroporto foram iniciadas pelo Governo do Estado e, em novembro de 2021, a Alagoas Ativos, juntamente com o Estado de Alagoas, levou o projeto para o evento Airport National Meeting 2021”, acontecido em Brasília-DF, onde foi apresentado oficialmente, pela primeira vez, o projeto ao mercado.

4.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA

Perspectiva Financeira, foi identificado como o principal objetivo estratégico a “Reposição do 1% do Capital Social da Empresa”, “Criar 3 fontes de renda até 2021”, “Atingir receita anual bruta de R\$ 2.200.000, 00 (dois milhões e duzentos mil reais) em 2021” e “Realizar planejamento tributário para 2021”.

Tendo em vista 2021 ter sido um ano muito proveitoso financeiramente para a empresa, essa perspectiva, diferente de anos anteriores, foi o que obteve maiores avanços. A empresa efetivamente criou três fontes de renda, a partir da administração do FAP, da gestão das garantias outorgadas e da modelagem de projetos de concessão e PPP.

Ainda, atingiu a receita anual bruta de R\$ 2.200.000, 00 (dois milhões e duzentos mil reais) em 2021, a partir do recebimento de valores referentes à administração do FAP no período, no montante de R\$ 2.268.483,65 (dois milhões duzentos e sessenta e oito mil quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos). Com o recebimento desse valor, a empresa conseguiu repor o valor fixado de 1% do valor do capital social, referente ao valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), atingindo também tal objetivo.

4.2 PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS OU INICIATIVAS

Em relação aos principais programas e projetos, a empresa concentrou suas ações no desenvolvimento de estudos sobre os projetos prioritários definidos pelo Estado de Alagoas, avaliando diversas demandas dos órgãos estaduais e analisado a sua viabilidade enquanto projeto de PPP e concessão, em conjunto com a consultoria contratada para auxiliar nessa atividade.

Ainda, em 2021, a empresa focou na finalização do projeto do Abatedouro Regional de Viçosa, na concessão de garantias pelo Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, assim como nas avaliações dos imóveis de titularidade do Estado de Alagoas e no desenvolvimento da documentação legal necessária para estruturação do Fundo de investimentos Imobiliários do Estado de Alagoas para gerir os imóveis do Estado.

4.2.1 ABATEDOURO REGIONAL DE VIÇOSA

Com o objetivo de ofertar a população carne inspecionada e fortalecer a cadeia produtiva da pecuária de corte de Alagoas, o Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI lançou o programa de regionalização de abatedouros. Ele consiste na readequação e construção de novas unidades, a fim de que o rebanho do Estado seja abatido conforme à legislação sanitária e ambiental vigente.

Em virtude de funcionarem em condições sanitárias e estruturas físicas inadequadas, representando um grande risco à saúde pública, ocasionando a exposição da população a às zoonoses como tuberculose, brucelose e toxoplasmose, vários municípios estão sofrendo com o fechamento dos matadouros, acarretando desemprego, retorno do abate clandestino, escassez de produto nas feiras livres e aumento de preço dos produtos.

Nesse contexto, o Abatedouro de Viçosa está em construção e é objeto do Programa de Regionalização do Estado. Possui estrutura moderna, com 2.341 m² de área construída, composta por currais, área destinada à administração, caldeiras, vestiários, subestação de energia, blocos de abate, necropsia, pocilga, lagoas tratamento e depósito para cascos e chifres e possui capacidade de produção projetada de 140 animais/dia, com possibilidade de expansão.

Após período de coleta de dados sobre este ativo e análise das possibilidades de um melhor aproveitamento do mesmo com eficiência, o estudo preliminar foi concluído em agosto de 2018, com a recomendação de concessão de uso da planta, sem outorga inicial com percentual da receita bruta como contrapartida do operador privado ao Estado, incluindo metas de desempenho e investimentos.

Em 2019, o projeto foi aprovado após apresentação e avaliações pelo Conselho Gestor de PPP do Estado. Após a aprovação, o projeto de Lei de Concessão foi encaminhado à Assembleia Legislativa para deliberação e aprovação, o que ocorreu ainda em 2019.

Ao longo do ano de 2020, o projeto de Concessão do Abatedouro de Viçosa, cuja estruturação foi conduzida pela Alagoas Ativos S/A, avançou à fase preparatória de licitação, incluindo a finalização do Edital de Licitação e do Termo de Concessão, a aprovação dos referidos documentos no Conselho Gestor de Parcerias (CGP), a realização de consulta pública, de audiência pública e de roadshow, bem como o início do processo de aprovação junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE), dando sequência aos estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no âmbito do Produto 11, incluído no escopo do Primeiro Termo Aditivo ao contrato firmado entre a FGV e a Alagoas Ativos S/A.

A aprovação do edital e do termo de concessão pelo CGP foi um processo que se dividiu em duas reuniões distintas: uma realizada no dia 07/10/2020 e outra realizada no dia 13/10/2020. As discussões realizadas no âmbito do referido Conselho estão documentadas no Processo Administrativo nº E:62017.0000000179/2020. Havendo a aprovação pelo CGP, seguiu-se para realização da consulta pública, aberta no dia 03/11/2020 e finalizada no dia 03/12/2020, período no qual recebeu-se contribuições sobre o edital e o termo de concessão. A consulta pública foi documentada no Processo Administrativo nº E:62017.0000000217/2020. No dia 18/11/2020, realizou-se audiência pública na Câmara Municipal de Viçosa/AL, contando com a participação de membros da sociedade civil. As discussões realizadas na referida audiência foram documentadas no Processo Administrativo nº E:62017.0000000218/2020. Por fim, durante o mesmo período de realização da consulta pública (03/11 a 03/12/2020), conduziu-se um roadshow, por meio do qual as empresas interessadas em participar da licitação foram convidadas a se reunir com os responsáveis pela estruturação do projeto para tirar dúvidas e expor críticas e sugestões de alteração do edital e do termo de concessão. O roadshow foi documentado no Processo Administrativo nº E:62017.0000000219/2020.

Todos os processos foram conduzidos pela Alagoas Ativos, contando com a colaboração da Unidade de Parcerias da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG). A consulta e a audiência públicas contaram também com a participação da Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria SEPLAG nº 9.099/2020, responsável pela condução do processo licitatório do Abatedouro de Viçosa.

Em paralelo, esta Alagoas Ativos conduziu reuniões periódicas com a Procuradoria Geral do Estado - PGE para alinhamento de pontos de sensibilidade no projeto, visando garantir que esteja totalmente adequado às exigências legais. Após análise pela PGE e aprovado o projeto pela Assembleia Legislativa, a Alagoas Ativos passou a auxiliar o órgão concedente no procedimento licitatório.

A concessão do Abatedouro Frigorífico de Viçosa pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos se deu através de licitação realizada em 15 de junho de 2021, às 09:00 horas, na Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG, tendo como vencedor a empresa CAMPO DO GADO INDÚSTRIA DE RECICLAGEM ANIMAL LTDA, CNPJ: 20.663.011/0001-69.

Todo processo foi conduzido pela Alagoas Ativos, em colaboração com a Unidade de Parcerias da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG, documentadas no Processo Administrativo nº E:62017.0000000243/2020.

4.2.2 AVALIAÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE ALAGOAS - CEASA

A Central de Abastecimento de Alagoas - CEASA/AL é administrada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas - IDERAL, autarquia estadual criada pela Lei nº 6.194/00, e vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI.

A empresa é gerida com uma combinação de recursos oriundos de receitas próprias e dotação pública. O IDERAL tem como objetivo dar suporte à SEAGRI na implementação de sua agenda de promoção da agricultura, pesca e abastecimento a partir da prestação de serviços de distribuição, classificação e armazenagem.

Na distribuição, o IDERAL atua tanto no nível estadual quanto no nacional como um canal de comercialização de seus produtores, viabilizando toda a cadeia de distribuição

agroalimentar. Nesta função, a CEASA/AL desempenha papel fundamental de controle e a fiscalização do fluxo, da qualidade e das condições higiênicas e sanitárias das mercadorias.

Após estudos preliminares, os dados levantados demonstraram que, apesar da evolução na receita durante o período analisado, parte desta receita é custeada pelos aportes realizados pela SEFAZ/AL e por conta disso a CEASA/AL fica extremamente dependente deste repasse, o que reflete na grande variação entre lucros/prejuízos.

O estudo, então, recomendou o modelo de Concessão de Uso de Bem público com a Exploração, Operação e Manutenção, de forma que o Estado poderá exigir mais investimento de modernização das atividades do aparelho estatal, uma vez que ele possui instrumentos legais de controle e fiscalização do concessionário, acarretando a desoneração do ente federativo da prestação do serviço público.

Em 2021, o projeto se tornou prioridade para o Estado, tendo a SEFAZ iniciado a edição de Decreto concedendo benefícios fiscais importantes para aqueles interessados em trabalhar no CEASA, o que tornará o projeto ainda mais atrativo.

Assim, a empresa passou a atualizar as informações referentes ao projeto e aos estudos já realizados anteriormente, para que, em 2022, possa passar para as próximas fases e entregar os demais documentos para o órgão solicitante.

4.2.3 FORMATAÇÃO DO FUNDO IMOBILIÁRIO DE ALAGOAS

Com o intuito de melhorar a eficiência da gestão de patrimônio do Estado de Alagoas, reduzindo gastos e aumentando sua rentabilidade, a Alagoas Ativos, como empresa pública gestora dos ativos do Estado, iniciou em 2018 estudos sobre a formatação, constituição e gestão de Fundos Imobiliários.

Após visitas técnicas realizadas em 2018 à SP Parcerias e Companhia Paulista de Parcerias - CPP, em São Paulo, e à MGI, em Minas Gerais, com a finalidade de reunir informações e dados sobre o procedimento de formatação e constituição desses fundos, a Alagoas Ativos, em conjunto com a FGV, que lhe presta consultoria, passou a realizar os estudos iniciais sobre a constituição, integralização e gestão do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Em 2019, a empresa realizou o primeiro estudo sobre a adequação e gestão de ativos, em que fez uma análise sobre as possibilidades de gestão dos ativos imobiliários de acordo com sua situação de afetação ou desafetação e apontou os requisitos e procedimentos preliminares para a constituição do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Também em 2019, a Alagoas Ativos, em conjunto com órgãos do Estado, realizou levantamento dos ativos imobiliários do Estado e avaliação de seu valor de mercado, além de um estudo econômico-financeiro preliminar, a partir dos dados apresentados, que foi concluído em 2020.

Em 2020 e 2021, a empresa focou na avaliação dos imóveis já levantados pelo Estado, de forma a ter um portfólio completo dos imóveis que constituirão o Fundo, além de ter realizado pesquisas aprofundadas relacionadas ao efetivo funcionamento de um fundo dessa natureza.

Durante 2021 especificamente, a empresa negociou com o Banco do Brasil para que realizasse a estruturação do Fundo e sua administração, porém não obteve êxito, tendo em vista que o Banco, após diversas consultas jurídicas internas e pesquisa relacionadas ao tema, informou

que somente poderia realizar a sua estruturação, uma vez que o Banco não administra fundo de imóveis, somente de fundos financeiros.

Tal resposta fez com que a Alagoas Ativos reiniciasse todo o seu procedimento de contratação de empresas especializadas na estruturação e administração de Fundos Imobiliários. Assim, durante todo o ano de 2021, passou a focar no desenvolvimento do termo de referência, edital e contrato para que pudesse iniciar esse processo de contratação, o que se provou uma tarefa complexa.

Ainda em 2021, a empresa manteve conversas abertas com grandes players do mercado financeiro, tanto para desenvolver a melhor estrutura para contratação do futuro administrador do Fundo, quanto para sentir o interesse do mercado no Fundo do Estado de Alagoas.

Dessa forma, pela própria complexidade deste objetivo, a empresa, apesar de ter realizado diversos avanços, ainda não obteve êxito em concluí-lo, postergando sua finalização para 2022.

4.2.4 AEROPORTO COSTA DOS CORAIS EM MARAGOGI

O Aeroporto Costa dos Corais é o projeto de estruturação de um novo aeroporto no Município da Maragogi, de forma a incentivar ainda mais o turismo na região. O Aeroporto está em processo de construção e será entregue pelo próprio Estado de Alagoas, enquanto a Alagoas Ativos ficou responsável pelo estudo sobre a melhor forma de administração deste ativo, assim como o desenvolvimento do projeto.

A empresa entregou os primeiros estudos preliminares e realizou diversas reuniões de desenvolvimento do projeto com o órgão interessado, o que avançou bastante o projeto. Dando sequência ao estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, foi realizado, conforme cronograma, road show com executivos dos principais operadores aeroportuários do País, quais sejam:

Sr. Alexandre Monteiro – Presidente do aeroporto Rio Galeão
Sr. Dimas – Diretor de operações do aeroporto Rio Galeão

Sr. Gustavo – Operador do aeroporto de Guarulhos

Sr. Jorge – Presidente do aeroporto de Brasília

Sr. Juan – Vice Presidente do aeroporto de Brasília

Sr. Kleber – Presidente do aeroporto de Belo Horizonte

Em novembro/21 o Estado de Alagoas e a Alagoas Ativos participaram do evento “Airport National Meeting 2021”, acontecido em Brasília-DF, onde o Governador Renan Filho apresentou o projeto de concessão do Aeroporto de Maragogi ao mercado, pela primeira vez.

5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

5.1 ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA UNIDADE

Os dois objetivos principais da empresa, que possuem relação direta com a sua missão institucional de “Viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de serviços técnicos diversificados e de excelência e diálogo aberto entre os setores público e privado” e com seus objetivos institucionais, são a participação em, pelo menos, três projetos de concessão e PPPs do Estado de Alagoas, de forma a realizar modelagens desses projetos, e “Garantir todos os projetos solicitados através do FAP”, de forma a viabilizar garantias para as PPPs em curso no Estado, criando novas fontes de renda para a Alagoas Ativos. Todos os outros objetivos definidos em seu planejamento estratégico são de apoio para esses dois objetivos principais.

Para alcançar ambos os objetivos, a empresa definiu estratégias, que envolvem tanto o ambiente interno, quanto partes relacionadas do ambiente externo. Dessa forma, uma das estratégias internas adotadas foi o desenvolvimento do processo de modelagem de concessão e PPP, de forma que a empresa tenha um procedimento padronizado quando for acionada para desenvolver novos projetos de concessões e PPPs.

No âmbito interno, a empresa também contratou empresa especializada para assessoramento nas áreas fiscal e trabalhista da empresa, padronizando os processos dessas áreas, além de implantar um sistema contábil e financeiro, tornando todo o procedimento financeiro da empresa mais ágil e eficiente.

Assim, a partir dessas estratégias implantadas, a empresa concretizou o objetivo estratégico de garantir todos os projetos solicitados através do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP e, no que se refere ao objetivo estratégico de participar de projetos de concessões e PPPs, a empresa alcançou resultados significativos, tendo em vista ter concluído o Abatedouro Regional de Viçosa, entregou os estudos preliminares referentes ao CEASA, desenvolveu os estudos preliminares referentes ao Aeroporto de Maragogi, além de ter realizado as primeiras apresentações do projeto ao mercado.

5.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em razão de sua natureza e como resultado de sua gestão, a empresa não sofreu nenhuma restrição ou aplicação de multas em decorrência de fiscalização de suas atividades, nem possui informações sobre precatórios. Nesse mesmo sentido, a empresa não é responsável ou gestora de programas e não auferiu ou renunciou receitas, razão pela qual não há informações pertinentes a esse tema,

No que se refere a demandas judiciais e administrativas, a empresa não foi demandada, nem demandou em juízo ou na seara administrativa e, por esse motivo, não possui informações sobre indenizações a clientes em quaisquer das duas esferas. Por fim, também não realizou ou foi objeto de depósitos judiciais ou extrajudiciais.

5.2.1. ORÇAMENTO 2021

Em dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Alagoas Ativos S.A., aprovou o orçamento para o exercício de 2021, o qual perfaz o total de R\$ 5.110.204,66 (cinco milhões cento e dez mil duzentos e quatro reais e sessenta e seis centavos).

5.2.2. ORÇAMENTÁRIO POR CATEGORIA DE DESPESA

O orçamento da Alagoas Ativos S.A foi dividido por categoria de despesa, a fim de demonstrar com precisão a aplicação dos recursos e seus percentuais. Em 2021 foi orçado R\$5.110.204,66, dividido em R\$ 1.886.544,66 para a categoria de pessoal, R\$ 3.173,660,00 para custeio e R\$ 50.000,00 de capital.

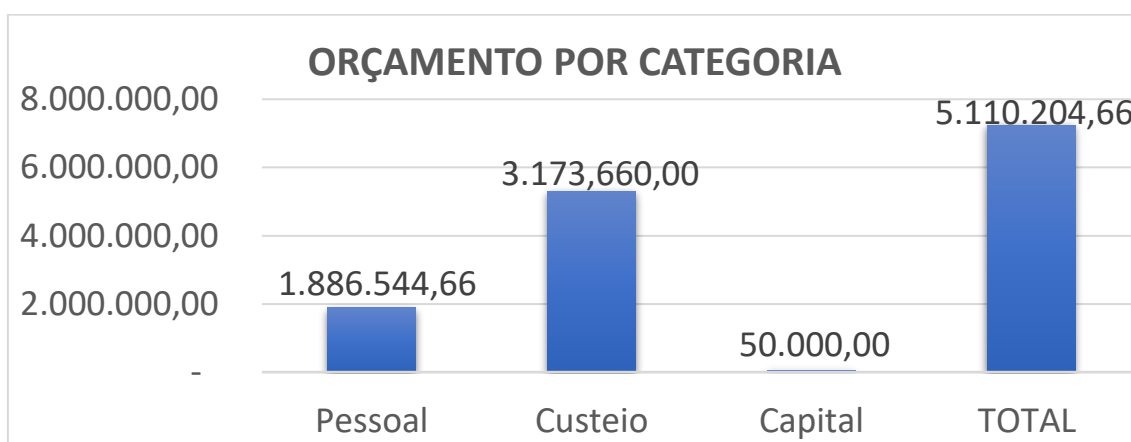


Gráfico 1 - Orçamento por categoria

- **PESSOAL:** compreende as verbas, encargos sociais que incidem sobre a folha de pagamento e inclui as remunerações dos Jetons.
- **CUSTEIO:** recursos aplicados nas despesas com contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, diárias, passagens e toda manutenção da administração.
- **CAPITAL:** conhecido com investimento, são recursos aplicados no patrimônio, tais como obras, construções, instalações e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

5.2.3. PESSOAL

Para o exercício de 2021, foi orçado R\$ 1.886.544,66 para pessoal, dos quais foram executados R\$ 2.014.388,54, equivalente a 107% do orçado. Nas categorias salários e encargos foram executados 78,4% do orçado, em remuneração de diretores e encargos, foram executados 95% do orçado e em Conselhos, 80% do orçado no exercício, conforme demonstrado abaixo. As demais despesas correspondem a obrigações trabalhistas e remuneratórias dos funcionários.

Pessoal	Orçado	Executado	Percentual
Salários empregados + encargos	R\$ 523.533,33	R\$ 498.592,70	95%
Salários diretores + encargos	R\$ 518.050,00	R\$ 748.456,19	144%
FGTS e INSS (EMPRESA)	R\$ 280.961,33	R\$ 385.279,69	137%
Estagiários	R\$ 10.000,00		0%
Vale refeição	R\$ 75.000,00	R\$ 59.959,96	80%
Plano de Saúde	R\$ 75.000,00	R\$ -	0%
Exames ocupacionais	R\$ 4.000,00	R\$ 2.300,00	58%
Conselhos	R\$ 400.000,00	R\$ 319.800,00	80%
TOTAL	R\$ 1.886.544,66	R\$ 2.014.388,54	107%

Tabela 1 – Pessoal

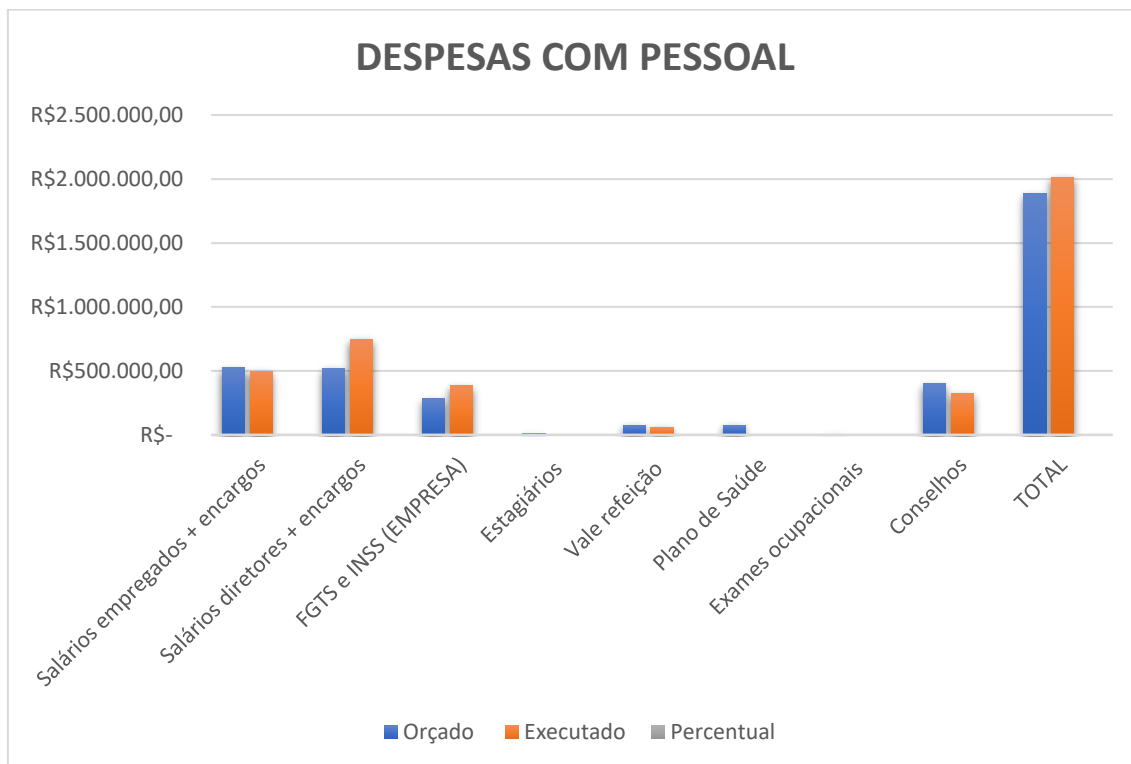


Gráfico 2 - Pessoal

5.2.4. CUSTEIO

Para o exercício de 2021, foi orçado R\$ 3.173.660,00 para custeio e executado R\$2.186.242,47, o equivalente a 69% do orçado, conforme demonstrado a abaixo.

O valor mais relevante no quadro abaixo, refere-se a despesa com Fundação Getúlio Vargas – FGV, que nos assessoria na adequação da gestão de Ativos do Estado de Alagoas, além de despesas referentes a Impostos, taxas e contribuições.

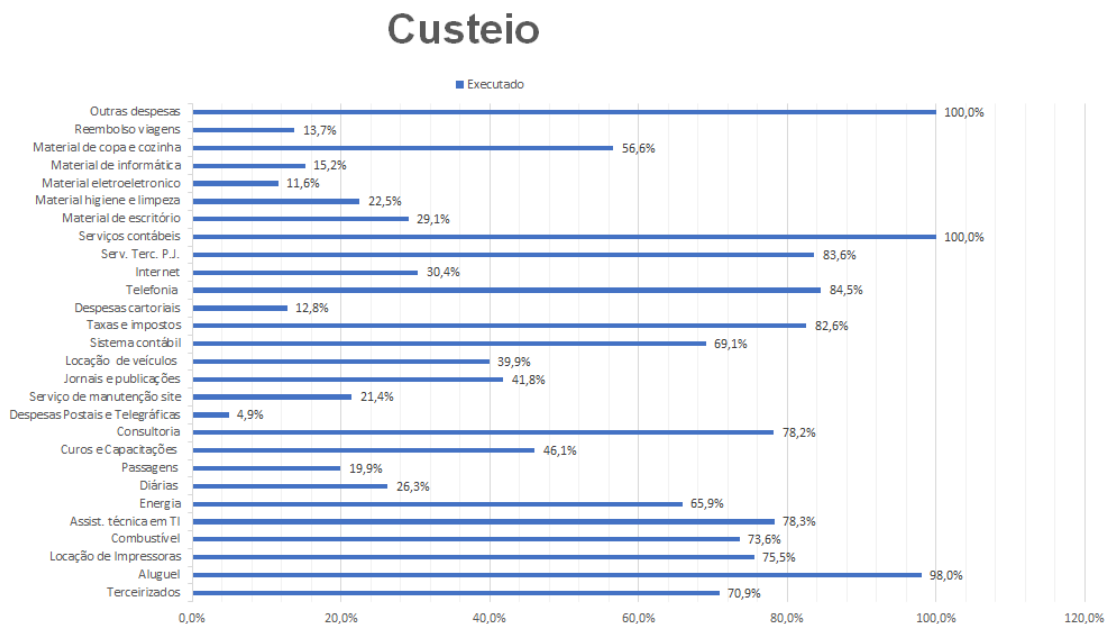


Gráfico 3 - Custeio

5.2.5. CAPITAL

Foi orçado R\$ 50.000,00 para capital e executado R\$ 3.998,70, o equivalente a 8% do orçado. O Valor refere-se a aquisição de um Smartphone, conforme demonstrado abaixo.

Capital	Orçado	Executado
BENS	50.000	3.998,70
TOTAL	50.000	3.999,70

Tabela 2 - Capital

5.2.6. RECEITAS

Em 2021, a Alagoas Ativos começou a receber suas primeiras receitas, referentes à administração do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP e pela outorga de garantias relacionadas à SANEMA, que totalizaram R\$ 2.268.483,65 (dois milhões duzentos e sessenta e oito mil quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), conforme descrição abaixo:

MESES	RECEBIMENTOS
MARÇO	R\$ 166.384,28
ABRIL	R\$ 200.189,20
MAIO	R\$ 200.381,51
JUNHO	R\$ 200.575,11
JULHO	R\$ 200.974,25
AGOSTO	R\$ 109.482,74
SETEMBRO	R\$ 256.218,19
OUTUBRO	R\$ 257.542,61
NOVEMBRO	R\$ 259.314,32
DEZEMBRO	R\$ 260.574,22
TOTAL	R\$ 2.268.483,65

Tabela 3 - Receitas

5.2.7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os recursos da Alagoas Ativos S.A são aplicados em duas contas de investimentos no Banco do Brasil, Aplicação Público Supremo e Aplicação Público Absoluto.

Abaixo demonstraremos um gráfico para acompanhar a evolução dos rendimentos mensais, porém em maio e novembro houve uma queda, devido ao chamado “come-cotas”, este refere-se à antecipação da alíquota do Imposto de Renda, que incide sobre a rentabilidade das aplicações via fundos de investimentos:

CONTA	SALDO
BB CP ABSOLUTO	R\$ 1.461.849,80
BB RF SIM SOLIDEZ	R\$ 15.683,46
TOTAL	R\$ 1.477.533,26

Tabela 4 - Aplicações Financeiras

5.3 GESTÃO DE PESSOAS

ANEXO II - QUADRO GERAL DA LOTAÇÃO DE VAGAS E FORÇA DE TRABALHO		
Lotação	Cargo	Qtde de Vagas
Diretoria-Geral	Diretor Presidente	1
	Diretor Executivo	1
	Diretor Financeiro	1
	Superintendência de Projetos	1
	Assessoria Jurídica	1
	Assessoria da Diretoria	1
	Secretaria Executiva	1
Superintendência de Governança, Riscos e Compliance	Superintendência de Governança, Riscos e Compliance	1
Diretoria Executiva	Gerência Administrativa	1
Diretoria Financeira	Gerência Financeira	1
	Gerência de Contabilidade	1
TOTAL DE VAGAS		11
Total de Cargos Comissionados		
<i>Ocupados</i>	11	
<i>Cargos vagos</i>	0	

Quadro 5 - Quadro geral de lotação de vagas

Conforme se depreende pelo Quadro 6, a Alagoas Ativos manteve em 2021 um quadro funcional reduzido, com apenas onze cargos, incluindo a Diretoria Geral.

O regime de trabalho é celetista, enquanto a forma de remuneração dos administradores e membros dos colegiados é definida em Assembleia Geral, que o fará anualmente, conforme dispõe o art. 11, do Estatuto Social da Alagoas Ativos, sendo modificada somente pela própria Assembleia:

Art. 11. A Assembleia Geral fixará o montante anual global de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, incluindo verbas salariais, remuneração variável, benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em vista as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

A empresa ainda não possui política em relação à participação de empregados e administradores nos resultados da entidade, assim como não possui política de participação acionária dos membros de colegiados da entidade.

5.4 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Quanto ao desempenho administrativo referente ao exercício do ano de 2021, da Alagoas Ativos manteve a maioria de seus contratos, através de aditivos, tendo, no entanto, realizado procedimento de licitação para renovação dos principais fornecedores da empresa. A escolha de realizar aditivos nos contratos se deu pela economicidade do procedimento, uma vez que não seria possível manter um fornecedor qualificado, sem efetuar os gastos referentes a um novo procedimento de contratação.

A Alagoas Ativos não possui muitos contratos, por ser uma empresa ainda de funcionamento enxuto, e, em 2021, realizou treze aditivos, duas contratações por inexigibilidade, duas contratações por dispensa de licitação, uma inexigibilidade e duas contratação por meio de licitação na modalidade pregão.

5.4.1. DETALHAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

Esta seção trata sobre as contratações realizadas pela Alagoas Ativos S.A, sejam através de pregão eletrônico, dispensa de licitação ou inexigibilidade de licitação.

A. CONTRATAÇÕES POR PREGÃO ELETRÔNICO

De início cumpre-nos informar que no ano de 2021 a Alagoas Ativos S.A, no que tange as contratações mediante pregões eletrônicos formalizou as seguintes contratações.

- Pregão Eletrônico 001/2021 – GREENCARD - Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de vale-alimentação através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000043/2021.
- Pregão Eletrônico 002/2021 – SR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de locação de veículos através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000142/2021.

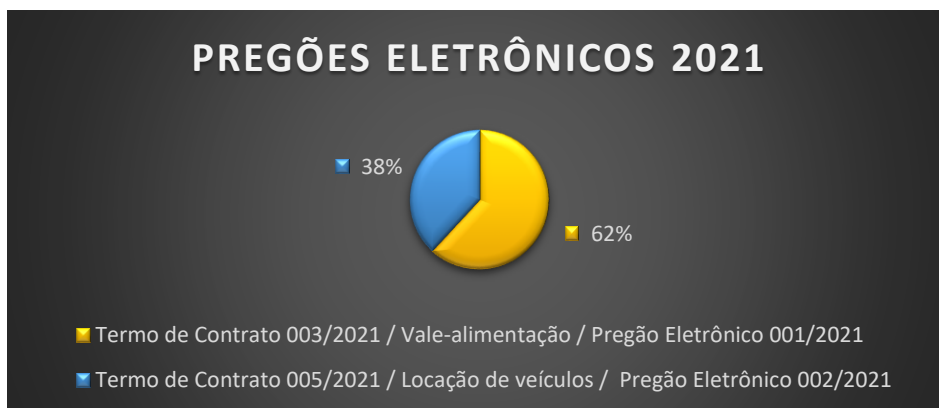


Gráfico 4 - Pregões Eletrônicos de 2021

B. ADIANTAMENTO DE DESPESA

A Alagoas Ativos S.A formalizou através dos autos do processo administrativo eletrônico E:02900.0000001555/2021 o Termo de Contrato 006/2021 que teve por objeto a aquisição de cota de patrocínio MASTER, com a finalidade de, junto com outras patrocinadoras, custear as despesas necessária à realização para o evento "ANM 2021 – AIRPORT NATIONAL MEETING", realizada no dia 29 de novembro de 2021, em Brasília - DF.

A aquisição de cota MASTER de patrocínio, se deu no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Insta mencionar que a Alagoas Ativos S.A deverá ser reembolsada pelo respectivo adiantamento de despesa.



Gráfico 5 - Adiantamento de despesa

C. TERMOS ADITIVOS

No exercício 2021 a Alagoas Ativos S.A formalizou os seguintes termos aditivos:

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000004/2021 formalizou o SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2017 – LOCAÇÃO DELMAN EMPRESARIAL, tendo por objeto a alteração dos locadores e o reajuste do aluguel referente ao período correspondente.
- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000245/2020 formalizou o QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2018 - MEYER, tendo por objeto a vigência e execução, o objeto e o valor contratado.
- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000014/2021, formalizou o TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/2018 - F.A.M APERTI, tendo por objetivo a modificação do valor e objeto.
- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000057/2021 formalizou o QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/2018 - F.A.M APERTI, tendo por objetivo a modificação do valor e prazo de vigência e execução.
- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000081/2021 formalizou o TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/2018 – OI MÓVEL S.A, tendo por objeto o valor e vigência.
- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000132/2021 formalizou o QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 021/2018 – G5 OPERADORA TURÍSTICA, tendo por objeto o prazo de vigência e execução do contrato.
- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000131/2021 formalizou o TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024/2018 – PRIME ASSESSORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, tendo por objeto o prazo de vigência e execução do contrato.
- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000182/2021 formalizou o TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 032/2018 – ALEXANDRE LOPES DO NASCIMENTO EPP, tendo por objeto o prazo e valor do contrato.
- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000107/2021 formalizou o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2020 – SIGMA SAÚDE OCUPACIONAL, tendo por objeto o prazo de vigência e execução do contrato.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000133/2021 formalizou o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2020 – CONSERG, tendo por objeto o prazo de vigência e execução e valor do contrato.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000134/2021 formalizou o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2020 – POLIFRIO REFRIGERAÇÃO, tendo por objeto o prazo de vigência e execução do contrato.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000138/2021 formalizou o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/2020 – UNIDAS S.A, tendo por objeto o prazo de vigência e execução e valor do contrato.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000184/2021 formalizou o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO S/N – CLARO S.A, tendo por objeto o prazo de vigência e execução e valor do contrato.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000185/2021 formalizou o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2021 – PRETORIAN, tendo por objeto a inclusão de serviço no objeto do contrato e valor do contrato.



Gráfico 6 - Termos Aditivos 1

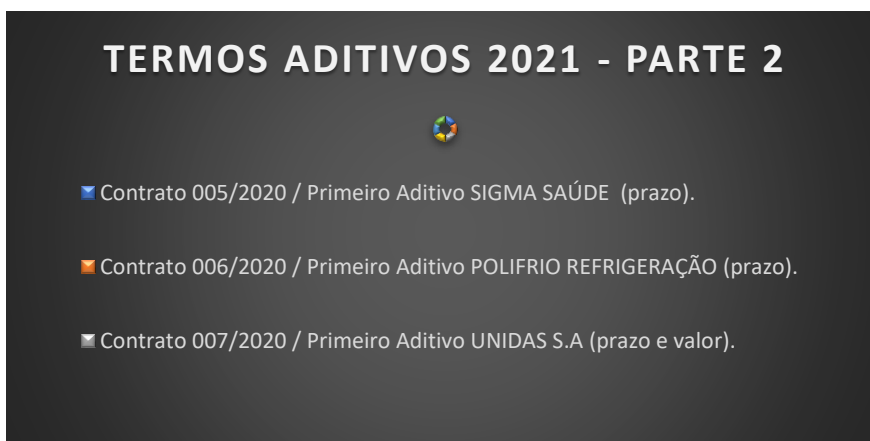


Gráfico 7 - Termos Aditivos 2

D. SEÇÃO 04 – CONTRATAÇÕES POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Alagoas Ativos S.A, no que tange as contratações mediante dispensa de licitação formalizou as seguintes contratações.

- Termo de Contrato 001/2021 – CONVICTA AUDITORES INDEPENDENTES S/S - Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de auditoria independente, através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000011/2021.
- Termo de Contrato 007/2021 – PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de gerenciamento de combustíveis, através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.00000000147/2021.



Gráfico 8 - Contratações por Dispensa

E. CONTRATAÇÕES POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Alagoas Ativos S.A, no que tange as contratações mediante inexigibilidade de licitação formalizou as seguintes contratações.

- Termo de Contrato 002/2021 – CEPAL - Contratação direta para prestação dos serviços de publicações de matéria no DOEAL, através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000037/2021.
- Termo de Contrato 004/2021 – PRETORIAN - Contratação direta para prestação de serviços contábeis, através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.00000000104/2021.



Gráfico 9 - Contratações por Inexigibilidade

5.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

A infraestrutura patrimonial da Alagoas Ativos envolve principalmente o imóvel em que está fixada a sede definitiva da empresa, a qual é locada de terceiros, três veículo também locado, cuja contratação foi realizada através de licitação e bens e equipamentos de uso comum utilizados rotineiramente pela equipe.

Em relação à gestão imobiliária, a empresa não possui imóvel próprio, nem utiliza imóvel do Estado de Alagoas. No final de 2018, a empresa se mudou para sua sede definitiva, onde se manteve durante todo o ano de 2021. A gestão do imóvel e dos ativos patrimoniais da empresa são de responsabilidade da Gerência Administrativa, que também é a esfera competente da empresa para realizar a manutenção preventiva e corretiva do imóvel e dos equipamentos e bens de uso habitual.

Quanto aos veículos, a empresa optou pela locação, tendo em vista a comodidade do serviço prestado pela empresa locadora em casos de manutenção, avarias e trocas dos veículos, que não são ficam sob responsabilidade da empresa.

5.6 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A gestão da tecnologia da informação é feita através de empresa terceirizada, que efetuou a instalação de todos o sistema de tecnologia da Alagoas Ativos e realiza a manutenção preventiva e corretiva do sistema de informática, servidores e provedores de internet.

Para maior segurança das informações e dados, a empresa possui servidor próprio em que hospeda seus documentos e trabalha com e-mail corporativo próprio, para que não haja falha de segurança que possa prejudicar a empresa. Por fim, a empresa funciona com backup permanente e sistema de antivírus moderno, de forma a dar maior segurança estrutural às informações tratadas na empresa.

5.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A responsabilidade socioambiental é um dos valores da Alagoas Ativos, consubstanciado em ter atitudes e iniciativas quanto aos impactos ambientais. Tendo em vista que o seu negócio não impacta diretamente o meio ambiente com resíduos e atividades prejudiciais, a empresa ainda não possui uma política de gestão ambiental.

No entanto, toda a equipe é orientada a trabalhar diariamente com atitudes que minimizem ainda mais esses impactos, como redução no consumo de energia elétrica e água, exemplificados na aquisição de condicionadores de ar com função inverter, que são mais eficientes e otimizam o consumo de energia, além de a sede da empresa ter sido instalada em edifício com janelas amplas, em que é possível manter as luzes desligadas durante o dia na maior parte do imóvel.

Dessa forma, a equipe foi orientada em manter condicionadores de ar e luzes desligadas quando a sala não estiver em utilização, além de utilizar o mínimo de papel possível, preferindo o uso de arquivos digitais e comunicação virtual sempre que possível.

Nesse sentido, em 2021, a empresa manteve a utilização do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, de forma a tramitar todos os seus processos administrativos eletronicamente,

sem a necessidade de processos físicos, e o procedimento de pregão eletrônico para suas contratações, com o objetivo de tornar as licitações mais eficientes e ágeis.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS

A empresa contratada apresentou seu relatório com a seguinte opinião:

Examinamos as demonstrações financeiras da ALAGOAS ATIVOS S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALAGOAS ATIVOS S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Relatório completo dos Auditores Independentes consta do Anexo II.

6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis constam do Anexo III deste Relatório de Gestão.

6.3 NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas às demonstrações financeiras constam do Anexo IV deste Relatório de Gestão.

7. CONCLUSÃO E APROVAÇÃO

A Alagoas Ativos foi criada em 2017 para ser a empresa responsável pela viabilização de projetos de alto potencial de impacto no Estado de Alagoas, lhe cabendo ser uma entidade essencial na implementação de Concessões e Parcerias Público-Privadas junto aos órgãos interessados do Estado.

Nesse sentido, o principal papel da empresa é ser responsável por oferecer garantias nos contratos de PPPs, atuando, também, como a gestora financeira do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, criado em 2019, de forma a assegurar o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de Concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

A Alagoas Ativos é, ainda, responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas, atuando no auxílio da conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

Em 2021, a empresa se empenhou ainda mais em sua missão institucional, atuando diretamente na atividade para a qual foi criada, principalmente nos projetos de concessão e PPP, principalmente no que se refere ao Abatedouro Regional de Viçosa, que obteve avanços sem precedentes, com a sua efetiva licitação e outorga à empresa ganhadora.

No que se refere ao Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, a empresa obteve ainda mais resultados, gerindo efetivamente o Fundo, juntamente com o Banco do Brasil, que atua como agente de pagamento, e tendo outorgado sua primeira garantia, referente ao projeto da SANEMA. Para marcar ainda mais a importância desses resultados, a empresa recebeu suas primeiras remunerações, tanto pela administração do Fundo, quanto pela outorga da garantia.

Além desses resultados, a empresa avançou em outros projetos, como concessão do CEASA, Aeroporto Regional de Maragogi e o Fundo de Investimentos Imobiliários do Estado, que terão maior foco em 2022, conforme interesse do Estado de Alagoas.

Assim, o Conselho de Administração declara que aprovou nesta data o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2021 apresentado pela Diretoria geral da Alagoas Ativos S.A.

Maceió, 26 de abril de 2021

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO
Presidente do Conselho de Administração

ANTONIO TENÓRIO CAVALCANTE NETO
Membro Conselho de Administração

JOSÉ ERNESTO DE SOUZA FILHO
Membro Conselho de Administração

GABRIELA MAGALHÃES
Membro do Conselho de Administração

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM
Membro do Conselho de Administração

8. ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I - CARTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

CARTA ANUAL
DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
GOVERNANÇA CORPORATIVA

ALAGOAS ATIVOS S.A.

MACEIÓ/2022

ALAGOAS ATIVOS S.A.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

EXERCÍCIO BASE 2021

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30.6.2016, o Conselho de Administração da Alagoas Ativos S.A. subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2021.

I. IDENTIFICAÇÃO

Denominação da Sociedade: Alagoas Ativos S.A.

Sede: Maceió - AL

CNPJ: 29.218.037/0001-72

Tipo de Estatal: Empresa Pública

Acionista controlador: Estado de Alagoas

Tipo Societário: Sociedade Anônima

Tipo de Capital: Fechado

Abrangência de atuação: Estadual

Setor de Atuação: Administração Pública em geral

Telefones de contato: (82) 3435-0736 e (82) 98873-0206

Endereço eletrônico: contato@alagoasativos.com

Sítio eletrônico: www.alagoasativos.com

Endereço: Rua Sampaio Marques, 25, Sala 608, Edf. Delman Empresarial, Pajuçara, CEP 57030-107, Maceió, AL

Diretor Presidente: Antônio Tenório Cavalcante Neto

Auditores Independentes: Convicta Auditores Independentes S/S

Diretoria Geral:

Diretor Presidente - Antônio Tenório Cavalcante Neto

Diretor Executiva – Eder Correia de Araújo

Diretor Financeiro - José Helenildo Ribeiro Monteiro

Conselheiros de Administração subscritores da Carta de Políticas Públicas:

Presidente – George André Palermo Santoro

Conselheiro - Antônio Tenório Cavalcante Neto

Conselheiro - José Ernesto de Souza Filho

Conselheira – Gabriela Magalhães

Conselheira – Maria Clara Cavalcante Bugarim

II. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, em seu art. 8º, I, exige a elaboração de “carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos”.

1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Alagoas Ativos S.A., empresa pública constituída sob a forma de Sociedade por Ações de capital fechado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, com sede e foro em Maceió, tem como missão “viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de serviços técnicos diversificados e de excelência e diálogo aberto entre os setores público e privado”.

Sua criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 7.893, de 23 de junho de 2017, que, juntamente com seu Estatuto Social, instrumentalizado pelo Decreto Estadual nº 58.861, de 03 de maio de 2018, definem seu fim específico:

- I – Colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas;
- II – Gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;
- III – Gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; e
- IV – Estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Ambas as normas identificam os objetivos sociais da empresa, cujas atividades serão realizadas em nome próprio e por sua responsabilidade:

- I – Administrar e explorar economicamente ativos estaduais;
- II – Auxiliar o Tesouro Estadual na captação de recursos financeiros;
- III – Estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;
- IV – Auxiliar o Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral;
- V – Auxiliar o Estado na atividade de conservação e manutenção de seus bens;
- VI – Colaborar, apoiar e viabilizar os projetos de concessão, de parcerias público-privadas, de locação de ativos e de outros instrumentos similares podendo, para tanto, assumir obrigações ou prestar garantias;
- VII – Participar de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades; e

VIII – Realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

Além das referidas normas, a empresa também é regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976 e demais legislações aplicáveis.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Alagoas Ativos S.A. foi criada para fazer parte do Programa de Concessões e Parcerias Público-Privadas do Estado de Alagoas, publicado pela Lei Estadual nº 8.232, que possui o intuito de promover, fomentar e disciplinar a realização de concessões e parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta.

A referida lei foi publicada após diversos estudos sobre as concessões e PPPs existentes no Estado e traz as diretrizes de estruturação e governança do Programa de Concessões e PPPs, o Plano Estadual de Concessões e PPPs, além de dispor sobre os instrumentos, regras de licitação e contratos firmados no âmbito do Programa.

Nesse contexto criado, a Alagoas Ativos tem o papel principal de ser responsável por gerir o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, criado para garantir o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas em contratos de concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

Ainda, a empresa tem como um de seus objetivos institucionais ser uma entidade de auxílio ao Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral, de forma a viabilizar projetos de concessão e de parcerias público-privadas junto às Secretarias de Estado interessadas, realizando análises e modelagens de projetos de concessões e parcerias público-privadas.

A Alagoas Ativos também é responsável pela gestão patrimonial e dos ativos do Estado de Alagoas ou de seus órgãos e entidades da administração direta, auxiliando na conservação, manutenção e melhor aproveitamento dos bens públicos estaduais.

2.1. PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS OU INICIATIVAS

Em relação aos principais programas e projetos, a empresa realizou estudos sobre projetos de PPPs e concessões para o Estado de Alagoas, avaliando diversas demandas dos órgãos estaduais e analisado a sua viabilidade enquanto projeto de PPP e concessão.

2.1.1. PARTICIPAR DE TRÊS PROJETOS DE CONCESSÕES OU PPPS ATÉ 2021

Em 2021, a empresa realizou os maiores avanços em relação às modelagens de concessões e PPPs, tendo vários desenvolvimentos importantes quanto aos projetos e tendo cumprido o objetivo de participar de três projetos dessa natureza, uma vez que participou do

projeto do Abatedouro Regional de Viçosa, da Concessão do CEASA e do Aeroporto de Maragogi.

O Projeto que mais obteve avanços significativos foi o Abatedouro de Viçosa, tendo em vista que o Projeto finalmente foi finalizado em 2021. Após a entrega dos estudos principais, realizou roadshows, consulta e audiência públicas e entregou as minutas de edital e contrato da licitação para a sua concessão, a licitação foi realizada em junho e efetivamente concedida, sendo o primeiro case de sucesso da Alagoas Ativos.

Quanto ao projeto do CEASA, a empresa já havia apresentado estudos preliminares, porém, por conta do lapso temporal entre a sua realização e o presente momento, foi solicitada a sua atualização para que a empresa possa passar para as próximas etapas.

Por fim, em relação ao Aeroporto de Maragogi, a empresa entregou os primeiros estudos preliminares e realizou diversas reuniões de desenvolvimento do projeto com o órgão interessado, o que avançou bastante o seu desenvolvimento. Ainda, tendo em vista que as obras da estrutura do Aeroporto foram iniciadas pelo Governo do Estado e, em novembro de 2021, a Alagoas Ativos, juntamente com o Estado de Alagoas, levou o projeto para o evento Airport National Meeting 2021”, acontecido em Brasília-DF, onde foi apresentado oficialmente, pela primeira vez, o projeto ao mercado.

2.1.1.1. AVALIAÇÃO DO ABATEDOURO DE VIÇOSA

Com o objetivo de ofertar a população carne inspecionada e fortalecer a cadeia produtiva da pecuária de corte de Alagoas, o Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI lançou o programa de regionalização de abatedouros. Ele consiste na readequação e construção de novas unidades, a fim de que o rebanho do Estado seja abatido conforme à legislação sanitária e ambiental vigente.

Em virtude de funcionarem em condições sanitárias e estruturas físicas inadequadas, representando um grande risco à saúde pública, ocasionando a exposição da população a às zoonoses como tuberculose, brucelose e toxoplasmose, vários municípios estão sofrendo com o fechamento dos matadouros, acarretando desemprego, retorno do abate clandestino, escassez de produto nas feiras livres e aumento de preço dos produtos.

Nesse contexto, o Abatedouro de Viçosa está em construção e é objeto do Programa de Regionalização do Estado. Possui estrutura moderna, com 2.341 m² de área construída, composta por currais, área destinada à administração, caldeiras, vestiários, subestação de energia, blocos de abate, necropsia, pocilga, lagoas tratamento e depósito para cascos e chifres e possui capacidade de produção projetada de 140 animais/dia, com possibilidade de expansão.

Após período de coleta de dados sobre este ativo e análise das possibilidades de um melhor aproveitamento do mesmo com eficiência, o estudo preliminar foi concluído em agosto de 2018, com a recomendação de concessão de uso da planta, sem outorga inicial com percentual da receita bruta como contrapartida do operador privado ao Estado, incluindo metas de desempenho e investimentos.

Em 2019, o projeto foi aprovado após apresentação e avaliações pelo Conselho Gestor de PPP do Estado. Após a aprovação, o projeto de Lei de Concessão foi encaminhado à Assembleia Legislativa para deliberação e aprovação, o que ocorreu ainda em 2019.

Ao longo do ano de 2020, o projeto de Concessão do Abatedouro de Viçosa, cuja estruturação foi conduzida pela Alagoas Ativos S/A, avançou à fase preparatória de licitação, incluindo a finalização do Edital de Licitação e do Termo de Concessão, a aprovação dos referidos documentos no Conselho Gestor de Parcerias (CGP), a realização de consulta pública, de audiência pública e de roadshow, bem como o início do processo de aprovação junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE), dando sequência aos estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no âmbito do Produto 11, incluído no escopo do Primeiro Termo Aditivo ao contrato firmado entre a FGV e a Alagoas Ativos S/A.

A aprovação do edital e do termo de concessão pelo CGP foi um processo que se dividiu em duas reuniões distintas: uma realizada no dia 07/10/2020 e outra realizada no dia 13/10/2020. As discussões realizadas no âmbito do referido Conselho estão documentadas no Processo Administrativo nº E:62017.0000000179/2020. Havendo a aprovação pelo CGP, seguiu-se para realização da consulta pública, aberta no dia 03/11/2020 e finalizada no dia 03/12/2020, período no qual recebeu-se contribuições sobre o edital e o termo de concessão. A consulta pública foi documentada no Processo Administrativo nº E:62017.0000000217/2020. No dia 18/11/2020, realizou-se audiência pública na Câmara Municipal de Viçosa/AL, contando com a participação de membros da sociedade civil. As discussões realizadas na referida audiência foram documentadas no Processo Administrativo nº E:62017.0000000218/2020. Por fim, durante o mesmo período de realização da consulta pública (03/11 a 03/12/2020), conduziu-se um roadshow, por meio do qual as empresas interessadas em participar da licitação foram convidadas a se reunir com os responsáveis pela estruturação do projeto para tirar dúvidas e expor críticas e sugestões de alteração do edital e do termo de concessão. O roadshow foi documentado no Processo Administrativo nº E:62017.0000000219/2020.

Todos os processos foram conduzidos pela Alagoas Ativos, contando com a colaboração da Unidade de Parcerias da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG). A consulta e a audiência públicas contaram também com a participação da Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria SEPLAG nº 9.099/2020, responsável pela condução do processo licitatório do Abatedouro de Viçosa.

Em paralelo, esta Alagoas Ativos conduziu reuniões periódicas com a Procuradoria Geral do Estado - PGE para alinhamento de pontos de sensibilidade no projeto, visando garantir que esteja totalmente adequado às exigências legais. Após análise pela PGE e aprovado o projeto pela Assembleia Legislativa, a Alagoas Ativos passou a auxiliar o órgão concedente no procedimento licitatório.

A concessão do Abatedouro Frigorífico de Viçosa pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos se deu através de licitação realizada em 15 de junho de 2021, às 09:00 horas, na Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG, tendo como vencedor a empresa CAMPO DO GADO INDÚSTRIA DE RECICLAGEM ANIMAL LTDA, CNPJ: 20.663.011/0001-69.

Todo processo foi conduzido pela Alagoas Ativos, em colaboração com a Unidade de Parcerias da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG, documentadas no Processo Administrativo nº E:62017.0000000243/2020.

2.1.1.2. AVALIAÇÃO DO CEASA MACEIÓ

A Central de Abastecimento de Alagoas - CEASA/AL é administrada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas - IDERAL, autarquia estadual criada pela

Lei nº 6.194/00, e vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI.

A empresa é gerida com uma combinação de recursos oriundos de receitas próprias e dotação pública. O IDERAL tem como objetivo dar suporte à SEAGRI na implementação de sua agenda de promoção da agricultura, pesca e abastecimento a partir da prestação de serviços de distribuição, classificação e armazenagem.

Na distribuição, o IDERAL atua tanto no nível estadual quanto no nacional como um canal de comercialização de seus produtores, viabilizando toda a cadeia de distribuição agroalimentar. Nesta função, a CEASA/AL desempenha papel fundamental de controle e a fiscalização do fluxo, da qualidade e das condições higiênicas e sanitárias das mercadorias.

Após estudos preliminares, os dados levantados demonstraram que, apesar da evolução na receita durante o período analisado, parte desta receita é custeada pelos aportes realizados pela SEFAZ/AL e por conta disso a CEASA/AL fica extremamente dependente deste repasse, o que reflete na grande variação entre lucros/prejuízos.

O estudo, então, recomendou o modelo de Concessão de Uso de Bem público com a Exploração, Operação e Manutenção, de forma que o Estado poderá exigir mais investimento de modernização das atividades do aparelho estatal, uma vez que ele possui instrumentos legais de controle e fiscalização do concessionário, acarretando a desoneração do ente federativo da prestação do serviço público.

Em 2021, o projeto se tornou prioridade para o Estado, tendo a SEFAZ iniciado a edição de Decreto concedendo benefícios fiscais importantes para aqueles interessados em trabalhar no CEASA, o que tornará o projeto ainda mais atrativo.

Assim, a empresa passou a atualizar as informações referentes ao projeto e aos estudos já realizados anteriormente, para que, em 2022, possa passar para as próximas fases e entregar os demais documentos para o órgão solicitante.

2.1.1.3. AEROPORTO COSTA DOS CORAIS EM MARAGOGI

O Aeroporto Costa dos Corais é o projeto de estruturação de um novo aeroporto no Município da Maragogi, de forma a incentivar ainda mais o turismo na região. O Aeroporto está em processo de construção e será entregue pelo próprio Estado de Alagoas, enquanto a Alagoas Ativos ficou responsável pelo estudo sobre a melhor forma de administração deste ativo, assim como o desenvolvimento do projeto.

A empresa entregou os primeiros estudos preliminares e realizou diversas reuniões de desenvolvimento do projeto com o órgão interessado, o que avançou bastante o projeto. Dando sequência ao estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, foi realizado, conforme cronograma, road show com executivos dos principais operadores aeroportuários do País, quais sejam:

Sr. Alexandre Monteiro – Presidente do aeroporto Rio Galeão
Sr. Dimas – Diretor de operações do aeroporto Rio Galeão

Sr. Gustavo – Operador do aeroporto de Guarulhos

Sr. Jorge – Presidente do aeroporto de Brasília

Sr. Juan – Vice Presidente do aeroporto de Brasília

Sr. Kleber – Presidente do aeroporto de Belo Horizonte

Em novembro/21 o Estado de Alagoas e a Alagoas Ativos participaram do evento “Airport National Meeting 2021”, acontecido em Brasília-DF, onde o Governador Renan Filho apresentou o projeto de concessão do Aeroporto de Maragogi ao mercado, pela primeira vez.

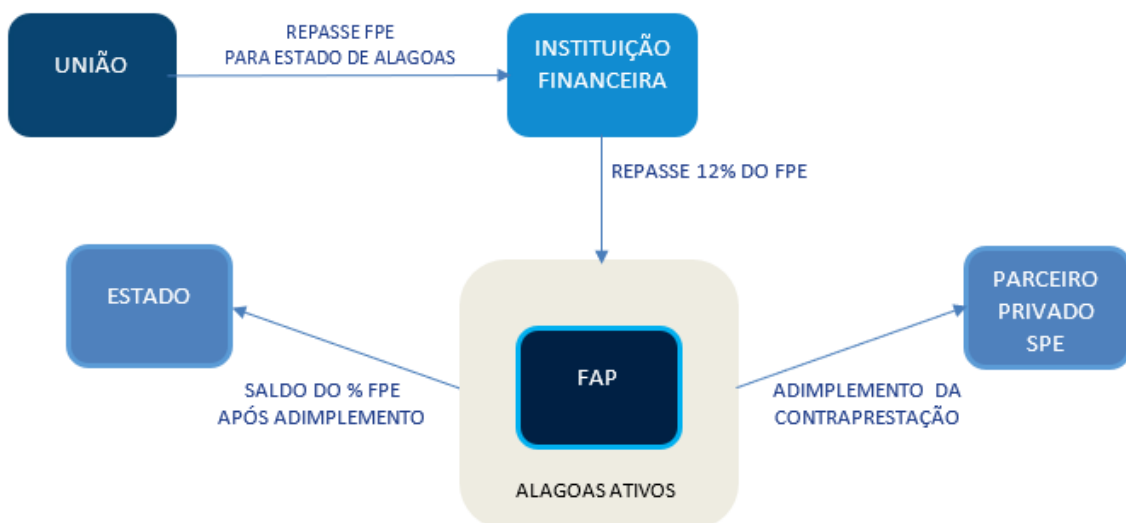
2.1.2 CRIAÇÃO E FORMATAÇÃO DO FUNDO ALAGOANO DE PARCERIAS – FAP

O surgimento da Lei nº 11.079/2004 trouxe o instituto das parcerias público-privadas, que harmoniza o interesse da administração pública em desenvolver projetos públicos com o interesse do setor privado em realizar investimentos seguros e rentáveis. Uma grande preocupação da referida lei é oferecer ao parceiro privado a segurança necessária no intuito de atrair recursos e investimentos para os projetos públicos. Essa segurança pode ser refletida na criação de garantias conferidas pela administração pública aos parceiros privados, a fim de mitigar os riscos de inadimplemento das contraprestações assumidas pelo parceiro público.

Com este objetivo, o FAP foi criado formalmente no final de 2019 e tem por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelo Estado de Alagoas, na condição de parceiro público, em virtude de contratos de PPPs, não podendo ser extinto antes da quitação da totalidade dos débitos garantidos ou da liberação das garantias pelos credores.

Com natureza jurídica de direito privado, o FAP tem patrimônio próprio e separado do patrimônio de seus cotistas, sendo sujeito de direitos e obrigações próprias, onde o Estado de Alagoas é constituído como seu cotista inicial. Seu Estatuto e Regulamento já foram criados e sua estrutura contará com uma Assembleia de Cotistas e um Conselho Consultivo, a quem caberá a análise técnica dos pedidos de garantias de projetos efetuados ao Fundo.

O FAP será administrado e gerido pela Alagoas Ativos e, a princípio, o FAP será constituído por retenções mensais no percentual de 12% dos repasses a título de FPE recebidos pelo Estado de Alagoas, que ficarão temporariamente na conta do Fundo para caso seja necessário garantir alguma contraprestação pública. Assim será o funcionamento do Fundo:



Não houve objetivo estratégico específico relacionado ao Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, tendo em vista que ele foi totalmente estruturando ainda em 2020, sendo finalizado a assinatura do contrato entre a Alagoas Ativos, a SEFAZ/AL e o Banco do Brasil, instituição financeira que funcionará como Agente de Pagamento das garantias outorgadas pelo Fundo, tendo em vista ser o banco responsável pelos repasses do FPE aos Estados.

Além da assinatura do contrato, todos os processos internos necessários ao funcionamento do Fundo também foram mapeados e padronizados, quais sejam, os processos de contratação, acionamento e devolução. Em consequência, a empresa convocou Assembleia de Cotistas para alteração da documentação institucional do Fundo – Estatuto e Regulamento Interno.

Com o contrato, Estatuto e Regulamento devidamente adequados à realidade atual, o Fundo passou a estar efetivamente apto a funcionar e receber solicitações de garantias, já recebendo os repasses mensais do FPE e pronto para garantir projetos de parcerias público-privadas nos quais o Estado de Alagoas seja o parceiro público, aguardando somente a integralização das cotas pelo Estado de Alagoas.

O ano de 2021 foi extremamente importante em relação do FAP, tendo em vista que, em março, deu-se efetivamente início à administração do referido fundo, o que gerou a primeira receita da Alagoas Ativos, referente a sua remuneração pela gestão do Fundo.

2.1.3. FORMATAÇÃO DO FUNDO IMOBILIÁRIO DE ALAGOAS

Com o intuito de melhorar a eficiência da gestão de patrimônio do Estado de Alagoas, reduzindo gastos e aumentando sua rentabilidade, a Alagoas Ativos, como empresa pública gestora dos ativos do Estado, iniciou em 2018 estudos sobre a formatação, constituição e gestão de Fundos Imobiliários.

Após visitas técnicas realizadas em 2018 à SP Parcerias e Companhia Paulista de Parcerias - CPP, em São Paulo, e à MGI, em Minas Gerais, com a finalidade de reunir informações e dados sobre o procedimento de formatação e constituição desses fundos, a Alagoas Ativos, em conjunto com a FGV, que lhe presta consultoria, passou a realizar os estudos iniciais sobre a constituição, integralização e gestão do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Em 2019, a empresa realizou o primeiro estudo sobre a adequação e gestão de ativos, em que fez uma análise sobre as possibilidades de gestão dos ativos imobiliários de acordo com sua situação de afetação ou desafetação e apontou os requisitos e procedimentos preliminares para a constituição do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Também em 2019, a Alagoas Ativos, em conjunto com órgãos do Estado, realizou levantamento dos ativos imobiliários do Estado e avaliação de seu valor de mercado, além de um estudo econômico-financeiro preliminar, a partir dos dados apresentados, que foi concluído em 2020.

Em 2020 e 2021, a empresa focou na avaliação dos imóveis já levantados pelo Estado, de forma a ter um portfólio completo dos imóveis que constituirão o Fundo, além de ter realizado pesquisas aprofundadas relacionadas ao efetivo funcionamento de um fundo dessa natureza.

Durante 2021 especificamente, a empresa negociou com o Banco do Brasil para que realizasse a estruturação do Fundo e sua administração, porém não obteve êxito, tendo em vista que o Banco, após diversas consultas jurídicas internas e pesquisa relacionadas ao tema, informou

que somente poderia realizar a sua estruturação, uma vez que o Banco não administra fundo de imóveis, somente de fundos financeiros.

Tal resposta fez com que a Alagoas Ativos reiniciasse todo o seu procedimento de contratação de empresas especializadas na estruturação e administração de Fundos Imobiliários. Assim, durante todo o ano de 2021, passou a focar no desenvolvimento do termo de referência, edital e contrato para que pudesse iniciar esse processo de contratação, o que se provou uma tarefa complexa.

Ainda em 2021, a empresa manteve conversas abertas com grandes players do mercado financeiro, tanto para desenvolver a melhor estrutura para contratação do futuro administrador do Fundo, quanto para sentir o interesse do mercado no Fundo do Estado de Alagoas.

Dessa forma, pela própria complexidade deste objetivo, a empresa, apesar de ter realizado diversos avanços, ainda não obteve êxito em concluí-lo, postergando sua finalização para 2022.

3. METAS RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em relação às metas que dizem respeito ao cumprimento de políticas públicas do Estado de Alagoas, a empresa definiu três objetivos estratégicos principais: Estruturar Fundo Imobiliário, garantir todos os projetos solicitados através do FAP e Participar da modelagem de Concessões e PPPs até 2021.

Em 2021, a empresa a empresa cumpriu as seguintes metas:

- h) Finalizar projeto do Abatedouro Regional de Viçosa;
- i) Realizar modelagem do Aeroporto de Maragogi;
- j) Garantir projeto SANAMA através do Fundo Alagoano de Parcerias;
- k) Iniciar negociações sobre garantias com SANEMA;
- l) Iniciar negociações sobre garantias com Iguá;
- m) Criação de receita a partir da gestão do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP;
- n) Criação de receita a partir de garantia de projetos através do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP;

3.3. METAS PARA 2022

Para 2022, a empresa revisou seu Planejamento Estratégico, traçando novas metas para a empresa, das quais se destacam:

- a) Garantir novos projetos através do Fundo Alagoas de Parcerias – FAP;
- b) Modelar, pelo menos, mais dois projetos de Concessão e PPP até 2021;
- c) Estruturar e criar Fundo imobiliário para otimizar a gestão dos ativos patrimoniais do Estado de Alagoas;
- d) Analisar estruturas das PPPs já existentes no Estado e avaliar a possibilidade de substituição das garantias fornecidas;

4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Enquanto empresa pública, a Alagoas Ativos não tem competência direta para executar políticas públicas, uma vez que, de acordo com sua lei de criação, tem atribuição de auxiliar a Administração Pública, através da prestação dos serviços elencados na sua lei de criação e no seu Estatuto Social a órgãos, entidades e outras empresas estatais do Estado de Alagoas.

Em 2021, a empresa gerou suas primeiras receitas próprias mensais e recorrentes, a partir do serviço de administração do Fundo Alagoano de Parcerias e da gestão das outorgas de garantias através do Fundo.

Dessa forma, a partir do exercício financeiro de 2021, a Alagoas Ativos se mantém autonomamente com suas próprias receitas e continuará a buscar novas fontes de renda, de forma a ser cada vez mais rentável e independente.

5. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Tendo em vista a missão da Alagoas Ativos de “viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de serviços técnicos diversificados e de excelência e diálogo aberto entre os setores público e privado”, e seus fins específicos, previstos em sua lei de instituição, é possível elencar dois principais impactos que se espera quando da operacionalização das políticas públicas pela empresa.

O primeiro impacto direto para a empresa é efetivamente gerar receitas, seja pela remuneração pela outorga de garantias concedidas nos projetos de concessões e PPPs, seja pela gestão do Fundo Imobiliário e do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

O segundo impacto é a captação de investimentos para o Estado de Alagoas, através dos projetos de concessões e PPPs, que serão fontes de novos empregos, aumento do PIB e a melhoria na qualidade da prestação dos serviços públicos do Estado.

III. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, em seu art. 8º, III e VIII, exige a elaboração “carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito, em linguagem clara e direta, (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração”.

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Alagoas Ativos é uma empresa que tem a função de auxiliar na implementação de Concessões e Parcerias Público-Privadas junto aos órgãos interessados do Estado e na gestão dos ativos patrimoniais do estado, sendo responsável pelas seguintes atividades:

- a) colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas;
- b) gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;
- c) gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; e
- d) estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Assim, a empresa é responsável por oferecer garantias nos contratos de PPPs e concessões, sendo a gestora financeira do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, de forma a assegurar o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de PPPs, enquanto parceiros públicos.

É, também, responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas, atuando no auxílio da conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

2. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Dentre as estruturas de controle da Alagoas Ativos estão o Conselho Fiscal, o órgão competente para controlar e fiscalizar os atos da empresa, dos seus administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, e a Assessoria Jurídica, diretamente vinculada à Diretoria Geral, e que é responsável por assessorar a Diretoria-Geral e as áreas em relação aos aspectos jurídicos a serem observados ou considerados na condução dos negócios da Companhia.

A empresa também mantém o cargo de Superintendência de Governança, Riscos e Compliance, que anteriormente era a Assessoria de Compliance e Auditoria Interna, alterada para adequar a empresa às mais modernas metodologias de gestão e governança corporativa. O cargo é responsável por desenvolver, implementar e avaliar o Programa de Integridade e controlar a sua

execução, suportar a implementação de controles internos e ações voltadas ao combate à corrupção, suborno e fraude, realizar diligências de averiguação antes da contratação de qualquer empregado e fornecedor da empresa e realizar investigações internas a fim de averiguar a conformidade das condutas dos colaboradores, realizar o gerenciamento dos riscos, realizar auditorias na área do Almoxarifado e na área operacional e de outras áreas específicas para apurar possíveis irregularidades nos procedimentos internos da empresa, aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações.

Em relação à rotina operacional, cada unidade possui seus próprios controles internos em relação às suas atividades, como licitações, contratos, processos administrativos, pagamentos, contabilidade, fornecedores, entre outros. No que se refere à perspectiva de Processos Internos, a Alagoas Ativos revisou todos os processos internos mapeados e padronizados em 2019, além de ter finalizado a padronização dos processos principais do Fundo Alagoano de Parcerias.

A empresa contou com auditoria independente que examinou suas demonstrações contábeis referentes ao balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício de 2021. No que se refere ao controle externo, a empresa está subordinada ao controle da sociedade, à Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, a qual a Alagoas Ativos está vinculada, à Controladoria Geral do Estado de Alagoas e ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, que são responsáveis pela fiscalização externa da Empresa.

3. FATORES DE RISCO

Para analisar o ambiente em que a Alagoas Ativos se encontra e substanciar seu planejamento estratégico para 2021, a empresa utilizou a ferramenta de gestão Análise SWOT, em que identificou as Forças, as Fraquezas, as Oportunidades e as Ameaças que podem interferir na definição de suas metas, diretrizes e ações voltadas para o cumprimento de seus objetivos estratégicos.

Conforme a Análise, os fatores relevantes para a atuação da Alagoas Ativos foram:

	FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
FATORES INTERNOS	FORÇAS <ul style="list-style-type: none"> • Facilidade em adaptação • Comprometimento • Desenvolvimento pessoal; • Boa localização. • Transparência • Ética e conduta íntegra da equipe. 	FRAQUEZAS <ul style="list-style-type: none"> • Manuais e políticas internas • Não possui controle total sobre sua atividade fim; • Ausência de Gestão de Pessoas; • Ainda não possui receitas; • Baixa segurança de informações;
FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES <ul style="list-style-type: none"> • Interação entre o setor público e o setor privado; • Flexibilidade nos processos • Área de mercado novo • Segurança econômica do Estado (situação fiscal do Estado) 	AMEAÇAS <ul style="list-style-type: none"> • Volatilidade nas estratégias de investimentos do Estado; • Obtenção de informações externas • Confusão finalística com outros órgãos • Público desconhece a empresa; • Atuação de Sindicatos

Como etapa inicial para a implantação do Sistema de Compliance da empresa, realizou-se a análise de riscos, em que se identificou riscos estratégicos, operacionais e de conformidade relacionados com as atividades tanto finalísticas, quanto internas da empresa.

Com base nos fatores relevantes identificados na Análise SWOT e na análise de riscos, a Alagoas Ativos realiza o gerenciamento e revisão anual dos riscos identificados, de forma a definir as estratégias de tratamento e os eventuais controles internos a serem implantados.

4. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Em 2021, os gastos da Alagoas Ativos se concentraram em despesas com pessoal e de custeio. Na categoria de Pessoal, incluem-se os gastos com salários, encargos sociais e pagamento de verba de representação dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Já na categoria custeio, estão incluídos, principalmente, as despesas com fornecedores habituais da empresa e materiais de consumo.

Em que pese a empresa ter recebido suas primeiras receitas mensais e recorrentes em 2021, após o encerramento do exercício, constatou-se a execução de apenas 82,28% do orçamento aprovado.

Como nos anos anteriores, a Alagoas Ativos realizou a aplicação dos recursos, a qual teve suas variações de rendimentos no decorrer dos meses. Desta forma, foi possível verificar o comportamento ocorrido em nossas aplicações, Público Supremo e Público Absoluto, e de nossa disponibilidade financeira.

5. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Estrutura de Governança da Alagoas Ativos é composta por um Conselho de Administração, integrado por cinco membros escolhidos pela Assembleia Geral, observados os requisitos constantes no art. 5º, do Decreto Estadual nº. 52.555, 2017, que regulamenta a Lei nº. 13.303/2016, e uma Diretoria Geral, constituída por três Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, eleitos pelo Conselho de Administração.

Como instância maior de fiscalização da empresa está o Conselho Fiscal, composto por quatro membros, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, e eleitos pela Assembleia Geral Ordinária

A empresa conta, ainda, com uma Superintendência de Governança, Riscos e Compliance, responsável tanto pela implantação, execução e monitoramento do Sistema de Compliance da empresa, da verificação da conformidade da empresa às exigências legais e pela implantação, execução e monitoramento da auditoria interna da empresa e avaliação e acompanhamento dos controles internos de cada área.

Como resultado do trabalho realizado por esta Superintendência em 2021, a empresa conta com os seguintes documentos internos:

- p) Código de Conduta Ética
- q) Política de Classificação de Informações

- r) Política de Divulgação de informações
- s) Política de Porta-Vozes
- t) Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses
- u) Política de Indicação de Administradores
- v) Política de Distribuição de Dividendos
- w) Política de Remuneração dos Administradores
- x) Política de Diárias e Passagens
- y) Políticas de Compliance
- z) Política de Fornecedores
- aa) Política de Avaliação de Imóveis
- bb) Políticas de Combate à Lavagem de Dinheiro, Nepotismo e Fraude
- cc) Política de Atuação em Projeto
- dd) Política de Capacitação

Outros documentos essenciais para o desenvolvimento das atividades da empresa são o Estatuto Social e o Regimento Interno, ambos revisados em 2021.

Importante mencionar que todas as mudanças de diretoria e as contratações realizadas em 2021 foram precedidas do procedimento de due diligence, ou diligência prévia, implantado pela Superintendência de Governança, Riscos e Compliance para verificar a adequação da pessoa ao cargo, o preenchimento dos requisitos legais e regimentais e a existência de alguma situação de conflito de interesse que possa prejudicar ou interferir nas atividades da Alagoas Ativos.

Mantendo sua atuação em conformidade com as exigências legais, a área continuou a operar e gerenciar o canal de denúncias, por meio do sistema virtual e-OUV e o sistema de informações ao cidadão e-SIC, ambos coordenados pela Controladoria Geral do Estado – CGE, em que qualquer cidadão pode pedir informações, adequando a empresa às exigências de transparência governamental.

6. REMUNERAÇÃO

A remuneração dos empregados e Administradores da sociedade não é afetada diretamente pelos indicadores de atuação da empresa. A empresa possui um quadro fixo de cargos e salários. Os valores remuneratórios são norteados pelos padrões dos agentes públicos, servidores ou empregados, do Estado de Alagoas, apesar de a empresa ser independente do Tesouro Estadual.

Quanto aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, compete à Assembleia Geral fixar sua remuneração. O Conselho de Administração, por sua vez, tem a atribuição de definir os valores de remuneração da Diretoria Geral e esta é responsável por fixar a remuneração dos empregados da empresa, em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, 13.303/16 e Decreto Estadual nº 52.555/16.

O regime de trabalho é celetista, sendo assegurado aos Diretores eleitos Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, décimo terceiro salário, férias, inclusive indenizadas, e eventuais benefícios, sujeito, ainda, ao recolhimento previdenciário. A remuneração dos administradores, conselheiros e empregados são divulgados no site institucional.

NOME	CARGO	REMUNERAÇÃO
George André Palermo Santoro	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00

Antônio Tenório Cavalcante Neto	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
José Ernesto de Souza Filho	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
Gabriela Magalhães	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
Maria Clara Cavalcante Bugarim	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
Adrualdo de Lima Catão	Conselheiro Fiscal	R\$ 3.200,00
Renata dos Santos	Conselheira Fiscal	R\$ 3.200,00
José Ediberto de Omena	Conselheiro Fiscal	R\$ 3.200,00
Isabella Laíse Menezes Vasconcelos Vieira	Conselheira Fiscal	R\$ 3.200,00
Antônio Tenório Cavalcante Neto	Diretor Presidente	R\$ 22.820,57,00
Eder Correia de Araújo	Diretor Executivo	R\$ 15.974,40
José Helenildo Ribeiro Monteiro	Diretor Financeiro	R\$ 15.974,40

7. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

A Alagoas Ativos foi criada em 2017 para ser a empresa responsável pela viabilização de projetos de alto potencial de impacto no Estado de Alagoas, lhe cabendo ser uma entidade de auxílio na implementação de Concessões e Parcerias Público-Privadas no Estado.

Nesse sentido, a empresa é responsável por oferecer garantias nos contratos de PPPs, atuando, como a administradora do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, de forma a assegurar o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de Concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

A Alagoas Ativos é, ainda, responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas, atuando no auxílio da conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

Em 2021, os esforços da empresa foram completamente focados nas atividades externas, que estão ligadas à obtenção de resultados, como a administração do FAP e a outorga de garantias a projetos de PPP no Estado, a finalização do projeto do Abatedouro Regional de Viçosa, o início dos estudos sobre o Aeroporto de Maragogi e a organização de todo o projeto de estruturação do Fundo de Investimentos Imobiliários do Estado de Alagoas.

Foi um ano importantíssimo, pois foi o primeiro ano que a empresa gerou receitas mensais e recorrentes a partir de sua atividade finalística, referente à administração do FAP e à outorga de garantias pelo Fundo e que marcou um importante novo ciclo resultados, que serão ainda mais aprofundados em 2022.

8. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Alagoas Ativos S.A. declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2021, em conformidade com o art. 8º, I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de março de 2016.

Maceió, 26 de abril de 2021

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO

Presidente do Conselho de Administração

ANTONIO TENÓRIO CAVALCANTE NETO

Membro Conselho de Administração

JOSÉ ERNESTO DE SOUZA FILHO

Membro Conselho de Administração

GABRIELA MAGALHÃES

Membro do Conselho de Administração

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM

Membro do Conselho de Administração

ALAGOAS ATIVOS S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Fim do em 31 de dezembro de 2021

ALAGOAS ATIVOS S.A.**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES****Findo em 31 de dezembro de 2021****Conteúdo:**

✓ Apresentação	pág. 04
✓ Metodologia do Trabalho	pág. 06
✓ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2021	pág. 08
✓ Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas	pág. 13

ALAGOAS ATIVOS S.A.**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES****Findo em 31 de dezembro de 2021****CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

(1.1) Com vistas à execução dos trabalhos de auditoria independente, voltada ao exame das demonstrações financeiras findas em **31 de dezembro de 2021**, informamos que realizamos os trabalhos da Companhia **ALAGOAS ATIVOS S.A.**, inclusive com visita “in-loco”, no período de 10 a 25 de março de 2022.

(1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

✓ Apresentação

APRESENTAÇÃO

Firma de Auditoria

Nome Empresarial: **CONVICTA Auditores Independentes S/S**

Endereço: Rua Dom Vital, 115, Sala 15, Farol – Cep 57.051-200,
Maceió – Alagoas – Brasil – Fone: +55 (82) 3023-0179

Inscrições: CNPJ nº 03.061.922/0001-05
CRC/AL nº 196 | CVM nº 7.706 | CNAI-PJ nº 62
CVM / SUSEP / BACEN / OCB / IBRACON / IIA Brasil / MP-AL

Responsável Técnico: Carlos Henrique do Nascimento
Contador - CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

Companhia Auditada

Nome Empresarial: **Alagoas Ativos S.A.**

Endereço: Rua Sampaio Marques, 25, Pajuçara, Maceió, Alagoas - Sala
608 - Cep 57.030-107

Inscrição: CNPJ nº 28.953.846/0001-65

Diretor Presidente: Antônio Tenório Cavalcante Neto

Diretor Executivo: Eder Correia de Araújo

Diretor Financeiro: José Helenildo Ribeiro Monteiro Neto

Contadora: Flávia Mello dos Santos
Contadora – CRC/AL-008214/O

✓ **Metodologia do Trabalho**

METODOLOGIA DO TRABALHO

Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis à auditoria independente, instituídas pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em consonância com a legislação vigente, envolvendo a análise das operações, realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragens indicada para este tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise básica de controles internos existentes na Companhia.

Nosso trabalho foi desenvolvido obedecendo a uma linha de ação sequenciada, tendo como objetivo precípuo a constatação do atendimento das finalidades, conforme exposto abaixo:

- a) Planejamento dos trabalhos de auditoria;
- b) Contatos com os responsáveis pelas áreas: contábil, administrativa e financeira, envolvidos com a movimentação dos recursos, registros contábeis e outros documentos, para um melhor entendimento das operações realizadas;
- c) Conhecimento e análise das transações praticadas, com a finalidade de conhecer os principais fluxos de documentos e informações, bem como as funções básicas de seus controles internos operacionais e contábeis;
- d) Avaliação dos sistemas básicos de controles internos utilizados, visando a constatação de sua segurança, principalmente, no tocante à existência da segregação de funções e responsabilidades;
- e) Testes das transações escrituradas na contabilidade, com base nos relatórios e demonstrativos contábeis, a fim de avaliar a sua consistência e o cumprimento dos normativos e dispositivos legais;
- f) Quantificação e avaliação realizadas sobre os saldos das rubricas integrantes das demonstrações financeiras, visando, com base nos resultados das constatações, apresentar este relatório, expressando nossa opinião sobre as demonstrações auditadas; e
- g) Avaliação da base contábil de continuidade operacional usada pela Administração.

✓ **Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria Executiva da
ALAGOAS ATIVOS S.A.
Maceió - Alagoas

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **ALAGOAS ATIVOS S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ALAGOAS ATIVOS S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa 10.d, a **ALAGOAS ATIVOS S.A.**, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, realizou ajustes de exercícios anteriores, no patrimônio líquido, no valor líquido de R\$ 257 mil, e não os corrigiu retrospectivamente nas primeiras demonstrações financeiras autorizadas para emissão após sua descoberta, para fins de comparabilidade das informações contábeis naquela data (CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Portanto, não apresentando os possíveis efeitos que impactam as demonstrações contábeis comparativas do exercício findo naquela data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Base de Preparação das Demonstrações Financeiras – Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para as notas explicativas 3.r. e 9.c, pois a Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acumula prejuízos contábeis de R\$ 8.341 mil. A **Companhia** preparou e apresentou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no pressuposto da continuidade normal dos negócios e das atividades. A Administração vem adotando medidas com o objetivo de assegurar a continuidade das operações. Assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes à realização e classificação de ativos e passivos, que poderiam ocorrer em caso de descontinuidade das operações da **Companhia**. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Covid-19

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1, no tocante aos efeitos do Covid-19 sobre as demonstrações financeiras. A Administração da **Companhia** entende que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021, e como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante do caixa e dos gastos, a Companhia, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas naquela data. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Revisão dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

As demonstrações financeiras da **Companhia** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram por nós examinadas, e emitimos relatório, datado de 8 de abril de 2021, com opinião sem ressalva, e com ênfases sobre: (a) base de preparação das demonstrações financeiras – continuidade operacional – prejuízos acumulados, e a (b) Covid-19.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração da **Companhia** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Companhia** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da **Companhia** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

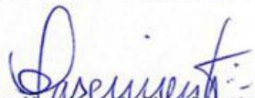
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió/AL, 25 de março de 2022.

CONVICTA
Auditores Independentes S/S
CRC/AL nº 196 | CVM nº 7.706 | CNAI-PJ nº 062



Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

✓ **Demonstrações Financeiras e Notas
Explicativas**

ALAGOAS ATIVOS S.A.
CNPJ nº 29.218.037.0001-72
Balances Patrimoniais
Fintos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31.12.2021	31.12.2020	Passivo	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Circulante		1.510	3.740	Circulante		347	231
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.479	3.730	Fornecedores		3	10
Caixa		1	-	Obrigações Tributárias	6	86	23
Aplicações Financeiras		1.478	3.730	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	7	140	108
Créditos de Curto Prazo		27	6	Outras Contas a Pagar	8	118	90
Valores a Receber		2	-				
Tributos a Recuperar	4	25	6				
Estoque - Almoarifado		4	4				
Não Circulante		496	598	Não Circulante		-	90
Realizável a Longo Prazo		135	155	Outras Contas a Pagar	8	-	90
Adiantamentos a Funcionários		-	20				
Tributos a Recuperar	4	135	135				
Imobilizado	5	361	443	Patrimônio Líquido	9	1.659	4.017
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		66	66	Capital Social		10.000	10.000
Instalações		436	380	(-) Prejuízos Acumulados		(8.341)	(5.983)
Móveis e Utensílios		240	240				
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas		33	33				
Equip. de Informática e Telecomunicação		66	62				
(-) Depreciação Acumulada		(480)	(338)				
Total do Ativo		2.006	4.338	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.006	4.338

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALAGOAS ATIVOS S.A.
CNPJ nº 29.218.037.0001-72
Demonstrações de Resultado
Findas em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita Líquida de Serviços Prestados	10	2.028	-
(-) Despesas / Receitas Operacionais		(4.138)	(1.035)
(-) Despesas Gerais e Administrativas	11	(2.321)	(980)
(-) Despesas com Pessoal	12	(1.817)	(1.262)
Outras Receitas Operacionais	13	-	1.207
Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro		(2.110)	(1.035)
Resultado Financeiro Líquido		9	19
(+) Receitas Financeiras		70	24
(-) Despesas Financeiras		(61)	(5)
Prejuízo do Exercício		(2.101)	(1.016)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALAGOAS ATIVOS S.A.
CNPJ nº 28.953.846/0001-65
Demonstrações de Resultado Abrangente
Findas em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Prejuízo do Exercício	(2.101)	(1.016)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	(2.101)	(1.016)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALAGOAS ATIVOS S.A.
CNPJ nº 29.218.037.0001-72
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Findas em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		10.000	(7.959)	2.041
Ajustes de Exercícios Anteriores			2.992	2.992
Prejuízo do Exercício			(1.016)	(1.016)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10	10.000	(5.983)	4.017
Ajustes de Exercícios Anteriores			(257)	(257)
Prejuízo do Exercício			(2.101)	(2.101)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10	10.000	(8.341)	1.659

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALAGOAS ATIVOS S.A.
CNPJ nº 29.218.037.0001-72
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Findas em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais)

	Notas	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado do Exercício		(2.101)	(1.016)
Ajustes do Resultado do Período			
Depreciação e Amortização, líquida	5	142	176
Ajuste de Exercícios Anteriores	10	(257)	2.992
Resultado do Exercício Ajustado		(2.216)	2.152
Variação nas Contas Ativas e Passivas			
Ativas		(1)	(5)
Valores a Receber		(2)	12
Tributos a Recuperar		(19)	(6)
Adiantamento a Funcionários		20	(11)
Passivas		26	(316)
Fornecedores		(7)	(274)
Obrigações Tributárias		63	3
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		32	60
Outras Obrigações		(62)	(105)
Caixa Aplicado ou Gerado nas Atividades Operacionais		(2.191)	1.831
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Imobilizado	5	(60)	(22)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(60)	(22)
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.251)	1.809
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	3	3.730	1.921
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	3	1.479	3.730
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.251)	1.809

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALAGOAS ATIVOS S.A.

CNPJ nº 28. 218.037/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Findas em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Alagoas Ativos S.A. ("Companhia") é uma empresa pública estadual constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo social colaborar, apoiar e viabilizar a implementação de projetos do Governo do Estado de Alagoas através do desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas (PPP), gerir ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias - FAP e estruturação e implementação de operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Na data de divulgação das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía como principais administradores: Antônio Tenório Cavalcante Neto – Presidente, Eder Correia de Araújo - Diretor Executivo - e José Helenildo Ribeiro Monteiro Neto - Diretor Financeiro.

Além do Código de Ética e Conduta implantado pela Administração, as legislações fundamentais observadas pela Companhia na orientação do negócio são:

- Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre as sociedades por ações;
- Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Decreto nº 52.555, de 14 de março de 2017 – Regulamenta, no âmbito do estado de Alagoas, a aplicação da lei Federal Nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para estabelecer regras de governança e gestão às suas empresas públicas e sociedade de economia mista, e dá outras providências;
- Lei nº 7.893, de 23 de junho de 2017 – Autoriza o poder executivo a constituir sociedade anônima sob o controle acionário do estado de alagoas, institui o fundo alagoano de parcerias-FAP, e dá outras providências;
- Decreto nº 58.861, de 03 de maio de 2018 – Dispõe sobre o estatuto social da empresa Alagoas Ativos S.A. e dá outras providências

O Decreto nº 58.861 de 3 de maio de 2018, sancionou o estatuto social da empresa Alagoas Ativos S.A. e deu outras providências.

Em março de 2021 a Companhia iniciou com sua fase de captação de recursos, no que tange ao recebimento de receitas auferidas através do valor referente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido e 2% (dois por cento) sobre as garantias outorgadas do Fundo Alagoano de Parcerias (FAP), conforme definido no artigo 21 do FAP e aprovado em assembleia de cotistas.

Os projetos de viabilização de futuras Parcerias Públicos Privadas estão sendo desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), por meio da prestação de serviços de consultoria. Tais projetos foram contratados em 12 de dezembro de 2017, e tem como objetivo principal a assessoria para adequação da gestão de ativos e desenvolvimento de modelo institucional, a adequação aos novos postulados da Lei nº 13.303/16, conforme Termo de Referência, datado de 13 de julho de 2017, incluso ao ofício GSEF nº 677/2017, de 14 de julho de 2017.

Covid-19

A Companhia tem acompanhado todos os desdobramentos relacionados à pandemia, não só no Brasil como no mundo, com monitoramento frequente da situação e das orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes.

Nossas operações não tiveram impactos significativos, tendo conseguido garantir a continuidade do negócio. Embora as operações da Companhia não tenham sofrido impacto significativo até o momento, não temos como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados a este cenário de um possível desdobramento da pandemia e novas variantes e, portanto, seguimos com o monitoramento de futuros impactos financeiros e avaliação de ações a serem tomadas, assim como garantimos que as decisões da Companhia sejam constantemente atualizadas considerando as orientações de saúde em vigor no Brasil e no mundo.

A administração da Companhia entende que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021, e como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante de caixa e dos gastos, a Companhia, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo; deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas naquela data.

2. Base de Preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis são: (i) perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; (ii) depreciação do imobilizado; (iii) contingências; e (iv) valor justo de instrumentos financeiros.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão também descritas a seguir.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações e riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, quando julgado necessária pela administração da Companhia.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Autorização de emissão das Demonstrações Financeiras

A administração da Companhia autorizou a apresentação das demonstrações financeiras em 14 de março de 2022.

2.4. Principais Práticas Contábeis Adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas dentro do conceito de continuidade operacional considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.



A Orientação Técnica OCPC 09 – Relato Integrado, aprovada pela Resolução CVM nº 14/2020, tornou obrigatória sua adoção para as companhias abertas, quando da decisão de elaboração e divulgação do Relato Integrado, não alcança essa Companhia pois não se constitui em uma companhia aberta.

(b) Principais Mudanças nos CPC e adoção pela Companhia

i) IFRS/CPC alteradas em vigor no exercício corrente

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2021.

O IASB emitiu atualização das normas internacionais (IFRS) com adoção obrigatória para exercícios findos a partir em 31 de dezembro de 2021, a saber:

- Alterações à IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Fase 2 (Adoção obrigatória para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021).

- Alterações à IFRS (CPC 06 (R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021).

A adoção dessas novas normas contábeis e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e períodos comparativos.

ii) IFRS/CPC revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Sociedade não adotou as novas normas e alterações a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- Alterações à IFRS 3 (CPC 15(R1)) - Referência à Estrutura Conceitual (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022).

- Alterações à IAS 37 (CPC 25) – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada).

- Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada).

- Alteração à IFRS 1 (CPC 27(R1) e CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada).

- Alteração à IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada).

- Alterações ao IAS 8 (CPC 23) – Definição de estimativas contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023).

- Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada).
- Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e declaração de prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de políticas contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada).
- Alterações a IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o Lucro – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação ("single transaction"). (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023).
- Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações).

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Sociedade em períodos futuros.

(c) Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação, e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda nacional.

(d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(e) Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

As aplicações financeiras de liquidez imediata, ou com vencimento igual ou inferior a 90 dias, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

(f) Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

A Companhia, quando aplicável, adota o CPC 48, o qual estabelece princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros envolvendo todos os três aspectos de contabilização: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilidade de hedge. E a classificação e mensuração de ativos financeiros, consiste na determinação do modelo de negócio utilizado pela Companhia para gerir seus ativos financeiros.

Ativos Financeiros

Os modelos de negócio definidos pelo CPC 48 são:

- Manter ativo financeiro para recebimento dos fluxos de caixa contratuais – objetivo de manter o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros somente para recebimento dos fluxos de caixa contratuais.
- Manter ativo financeiro tanto para recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto para sua venda: objetivo de manter o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros tanto para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela sua venda.
- Outros - Se um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não for classificado de acordo com os modelos de negócio anteriores, então, esse deve ser registrado na categoria residual de ativos.

Para os ativos financeiros, a determinação do modelo de negócio deve considerar os seguintes aspectos:

- Como o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros contidos nele) é avaliado e reportado ao pessoal-chave;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros contidos nele) e, em particular, a forma como esses riscos são gerenciados; e
- Como os gestores do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração se baseia no valor justo dos ativos gerenciados ou nos fluxos de caixa contratuais recebidos).

Perda por redução ao valor recuperável (“impairment”)

O CPC 48 trata do modelo de perda por redução ao valor recuperável (“impairment”), substituindo o modelo de perdas incorridas pelo modelo de perdas esperadas, demandando a constituição de uma provisão no reconhecimento inicial do ativo exposto ao risco de crédito.

(g) Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo deduzido da depreciação acumulada. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual, e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

(h) Operações de Arrendamentos – CPC 06 (R2)

São ativos em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo e são depreciados utilizando o método linear pelo prazo dos contratos.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, conforme a seguir:

- Reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento futuros.
- Reconhecimento a amortização dos ativos de direito de uso e os efeitos financeiros dos passivos de arrendamento no resultado.
- Valor total de caixa pago em principal e juros apresentados em atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

(i) Provisões e contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais (ações trabalhistas, tributárias, cíveis e ambientais), quando cabível, são realizadas com base nas informações dos assessores jurídicos (advogados) próprios e/ou terceirizados, da Companhia. Os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, são:

- ✓ **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- ✓ **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- ✓ **Passivo Contingente:** de acordo com o CPC 25, é caracterizado como obrigação possível que resulta de eventos passados e não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação, e se trata de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os passivos contingentes que satisfazem os critérios de reconhecimento são considerados como perdas prováveis, devendo ser reconhecidos e divulgados em notas explicativas. Enquanto os que não satisfazem os critérios de reconhecimento são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- ✓ **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia entende que não havia contingências judiciais que apresentavam prognóstico de perda “provável” na referida data base.

(j) Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(k) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia tem sua tributação para o Imposto de Renda e Contribuição Social com base no lucro real.

O imposto de renda é constituído à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal, à alíquota de 9%.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, quando existentes, são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base.

(l) Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses da data das demonstrações financeiras. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(m) Capital Social

O capital social da Companhia é constituído por ações ordinárias, sem valor nominal, cabendo a cada uma o direito a uma voto nas deliberações da assembleia e são classificadas no patrimônio líquido.

(n) Reservas Legal

A reserva legal da Companhia é constituída anualmente pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

(o) Receita de Contratos com Clientes – CPC 47

A Companhia aplica o CPC 47, que estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria.

O CPC 47 prevê que a entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo. Quando (ou à medida que) uma obrigação de performance for satisfeita, a entidade deve reconhecer como receita o valor do preço da transação (o qual exclui estimativas de contraprestação variável que sejam restringidas de acordo com os itens 56 a 58 do CPC 47), o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. O preço da transação é o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros (por exemplo, alguns impostos sobre vendas).

(p) Aval e Fiança

Até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração informa que não existia qualquer tipo de aval e/ou fiança concedidas a terceiros pela Companhia.

(q) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

(r) Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, com base no pressuposto de que a Companhia está operando e continuará a operar em futuro previsível e de que a Administração não pretende liquidar a Companhia ou interromper as operações; e envolveu o julgamento, em determinado momento, sobre resultados futuros inerentemente incertos de eventos ou condições.

3. Caixa e Equivalente de Caixa

O saldo estava representado da seguinte forma:

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1	-
Fundo de Caixa	1	-
Aplicações Financeiras Liquidez Imediata	1.478	3.730
BB RF SIMP Solidez	16	-
CNJJS Publico Supremo - Banco do Brasil	-	31
CNPJ Publico Absoluto	1.462	3.699
Total	1.479	3.730

As aplicações referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, no Banco do Brasil S/A, e estão atrelados ao (CDI), com rendimentos pós-fixados.

4. Tributos a Recuperar – Circulante e Não Circulante

O saldo estava representado assim:

Tributos a Recuperar	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante	25	6
Tributos Pagos a Maior/Indevidamente - INSS	-	6
IRRF a Recuperar	18	-
Contribuição Social Retido a Compensar	3	-
IRRF Retido a Compensar ou a Restituir	4	-
Ativo Não Circulante	135	135
Tributos Pagos a Maior/Indevidamente - INSS	40	40
IRRF a Recuperar	95	95
Total	160	141

5. Imobilizado

Esse subgrupo estava assim representado em sua composição e movimentação da seguinte forma:

Descrição	Tx.	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2020
Imobilizado					
Instalações (Leasing)	20% a.a	436	56	-	380
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20% a.a	66	-	-	66
Móveis e Utensílios	10% a.a	240	-	-	240
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10% a.a	33	-	-	33
Equipamentos de Informática e Telecomunicações	20% a.a	66	4	-	62
Total do Imobilizado		841	60	-	781
(-) Depreciação Acumulada		(480)	(142)	-	(338)
Valor Contábil		361	(82)	-	443

6. Obrigações Tributárias

Esse subgrupo estava representado da seguinte forma:

Obrigações Tributárias	31/12/2021	31/12/2020
IRRF s/ Jetons	4	3
IRRF a recolher	43	15
ISS a recolher	13	-
PIS a recolher	4	-
INSS retido a recolher	1	1
IRRF s/ PF	-	4
COFINS a recolher	20	-
PIS/COFINS/CSLL	1	-
Total	86	23

7. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Este subgrupo estava composto da seguinte forma:

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	31/12/2021	31/12/2020
INSS a recolher	29	24
FGTS a recolher	8	7
Remuneração de férias	79	58
INSS s/ remuneração de férias	17	13
FGTS s/ remuneração de férias	6	5
FGTS s/ décimo terceiro	1	1
Total	140	108

8. Outras Obrigações – Circulante e Não Circulante

Esse subgrupo estava composto assim:

Outras Obrigações	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Circulante		
Contas a Pagar - Aluguel/Leasing	118	90
Passivo Não Circulante		
Contas a Pagar - Aluguel/Leasing	-	90
Total	118	180

O valor se refere ao saldo do contrato de locação do imóvel sede da Companhia, reconhecido contabilmente com base no CPC 06 (R2) – Arrendamentos.



Página 29

9. Patrimônio Líquido

Sobre o patrimônio líquido da Companhia:

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 10.000 mil, representado por 10.000.000 ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes ao Governo do Estado de Alagoas.

b) Reservas e Distribuição de Resultados

O Estatuto Social da Companhia prevê no art. 32 que ao final de cada exercício social, proceder-se-á o inventário físico dos bens e ao balanço geral com observância do disposto no art. 176 da Lei nº 6.404/76 e, feita as necessárias amortizações, do lucro serão deduzidos:

- I. 5% (cinco por cento) para constituição do Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- II. 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendos às ações, nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Havendo saldo, esse ficará à disposição da Assembleia Geral, que decidirá a respeito de sua aplicação, mediante proposta do Conselho de Administração.

c) Prejuízos Acumulados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo em prejuízos acumulados foi de R\$ 8.341 mil (Em 2020, prejuízos acumulados de R\$ 5.983 mil).

A Companhia preparou e apresentou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no pressuposto da continuidade normal dos negócios e das atividades. A Administração vem buscando adotar medidas com o objetivo de assegurar a continuidade das operações. Assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes à realização e classificação de ativos e passivos, que poderiam ocorrer em caso de descontinuidade das operações da Companhia.

d) Ajustes de Exercícios Anteriores

A Companhia efetuou ajustes de exercícios anteriores, conforme quadro a seguir:

Ajustes de Exercícios Anteriores	31/12/2021	31/12/2020
Valores de tributos inscritos em dívidas ativas	(7)	-
INSS da competência de dezembro de 2017	-	(8)
Valor referente ao PIS/COFINS s/ recebimento da taxa de adm. do FAP	(277)	-
Receitas não apropriadas em exercícios anteriores (a)	-	3.000
Ajuste de saldo de depreciação	27	-
Total	(257)	2.992

(a) O valor de R\$ 3.000 mil, se refere a recebimento ocorrido no exercício de 2020, mas que se refere a remuneração retroativa da administração do FAP - Fundo Alagoano de Parcerias, ou seja, correspondente a exercícios anteriores.

10. Conciliação entre Receita Líquida e Receita Bruta

As receitas líquidas no exercício estavam assim compostas:

Conciliação	31/12/2021	31/12/2020
Receita Bruta de Serviços Prestados	2.368	-
(-) Deduções da Receita Bruta		
ISS	(118)	-
COFINS	(183)	-
PIS	(39)	-
Receita Líquida de Serviços Prestados	2.028	-

11. Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas estavam assim compostas:

Despesas Gerais e Administrativas	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de Consultoria	938	162
Capacitação e Viagens	117	111
Jetons Conselheiros	320	293
Serviços Terceirizados	77	69
Depreciações	169	176
Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	21	25
Jornais e Publicações	13	24
Locação de Veículos	32	24
Combustíveis e Lubrificantes	23	16
Locação de Impressoras	6	10
Serviços de Internet	3	11
Sistema Contábil	12	10
Energia Elétrica	7	6
Impostos, Taxas e Contribuições	25	13
Outras Despesas	558	30
Total	2.321	980

12. Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal estavam assim compostas:

Despesas com Pessoal	31/12/2021	31/12/2020
Salário e Ordenados	499	484
Vale Alimentação	60	-
Remuneração da Diretoria	740	411
13º Salário	43	36
Férias	72	48
Encargos Sociais	379	283
Indenizações e Aviso Prévio	22	-
Exames Ocupacionais	2	-
Total	1.817	1.262

13. Outras Receitas e Despesas Operacionais

As outras receitas e despesas operacionais estavam assim compostos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Outras Receitas Operacionais		
Outras Recuperações (a)	-	1.208
Outras Despesas Operacionais		
Perdas com Imobilizado	-	(1)
Total	<u>-</u>	<u>1.207</u>

(a) Se refere a ressarcimento financeiro, realizado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, de serviços vinculados ao projeto "Escolas" desenvolvido no âmbito do contrato da FGV.

14. Remuneração dos Conselhos e de Diretoria

O art. 11 do Decreto nº 58.861, de 3 de maio de 2018, que institui o estatuto social da Companhia, prevê que a Assembleia Geral fixará o montante anual global ou individual de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, incluindo verbas salariais, remuneração variável, benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em vista as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

O art. 13 do estatuto social da Companhia expõe que "fica assegurada aos membros da Diretoria, desde que em exercício de suas respectivas funções, remuneração e demais direitos trabalhistas, respeitando-se as disposições legais sobre o assunto, as diretrizes da política de remuneração fixada pelo Conselho de Administração e o limite anual global de remuneração estabelecido pela Assembleia Geral".

O Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2019, aprovou a Política de Remuneração da Administração da Companhia.

Antônio Tenório Cavalcante Neto
Diretor Presidente

Eder Correia de Araújo
Diretor Executivo

José Helenildo Ribeiro Monteiro Neto
Diretor Financeiro

Flávia Mello dos Santos
Contadora CRC/AL nº 8.214

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	1	ATIVO	4.337.831,34D	19.211.466,02	21.543.813,26	2.005.484,10D
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE	3.739.024,40D	19.124.878,55	21.354.144,43	1.509.758,52D
3	1.1.1	DISPONÍVEL	3.729.801,24D	16.694.764,25	18.945.532,23	1.479.033,26D
4	1.1.1.01	CAIXA	262,97D	4.129,81	2.892,78	1.500,00D
6	1.1.1.01.002	FUNDO FIXO DE CADA	262,97D	4.129,81	2.892,78	1.500,00D
7	1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	10.668.236,01	10.668.236,01	0,00
8	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	0,00	10.668.236,01	10.668.236,01	0,00
10	1.1.1.03	APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	3.729.538,27D	6.022.398,43	8.274.403,44	1.477.533,26D
11	1.1.1.03.001	BB RF SIMP SOLIDEZ	0,00	384.917,21	369.233,75	15.683,46D
521	1.1.1.03.002	CNPJS PUBLICO SUPREMO - BANCO DO BRASIL	30.859,99D	3.836.309,70	3.867.169,69	0,00
558	1.1.1.03.003	CNPJ PUBLICO ABSOLUTO	3.698.678,28D	1.801.171,52	4.038.000,00	1.461.849,80D
12	1.1.2	CRÉDITOS	0,00	2.371.394,82	2.369.375,89	2.018,93D
13	1.1.2.01	OUTROS VALORES A RECEBER	0,00	2.371.394,82	2.369.375,89	2.018,93D
685	1.1.2.01.001	ESTADO DE ALAGOAS	0,00	2.368.483,65	2.368.483,65	0,00
649	1.1.2.01.002	OUTROS VALORES A RECEBER	0,00	2.911,17	892,24	2.018,93D
18	1.1.3	OUTROS CRÉDITOS	5.631,89D	55.561,29	36.333,48	24.859,70D
24	1.1.3.06	ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	0,00	36.289,25	36.289,25	0,00
26	1.1.3.06.002	ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO	0,00	36.289,25	36.289,25	0,00
28	1.1.3.08	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	5.631,89D	19.272,04	44,23	24.859,70D
31	1.1.3.08.003	IRRF A RECUPERAR	5.631,89D	12.324,29	0,00	17.956,18D
35	1.1.3.08.007	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL RETIDO A COMPENSAR	0,00	2.657,96	44,23	2.613,73D
36	1.1.3.08.008	PIS,COFINS,CSLL RETIDO A COMPENSAR	0,00	8,20	0,00	8,20D
37	1.1.3.08.009	IRRF RETIDO A COMPENSAR OU A RESTITUIR	0,00	3.911,71	0,00	3.911,71D
40	1.1.3.08.012	COFINS A RECUPERAR	0,00	303,90	0,00	303,90D
41	1.1.3.08.013	PIS A RECUPERAR	0,00	65,98	0,00	65,98D
53	1.1.5	ESTOQUE	3.591,27D	3.158,19	2.902,83	3.846,63D
61	1.1.5.02	ALMOXARIFADO	3.591,27D	3.158,19	2.902,83	3.846,63D
63	1.1.5.02.002	ALMOXARIFADO ADMINISTRATIVO	3.591,27D	3.158,19	2.902,83	3.846,63D
614	1.1.5.02.002.001	MATERIAL DE ESCRITORIO	2.094,30D	1.443,70	1.088,02	2.449,98D
615	1.1.5.02.002.002	MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	800,29D	1.495,24	898,88	1.396,65D
618	1.1.5.02.002.005	MATERIAL DE COPA E COZINHA	696,68D	219,25	915,93	0,00
501	1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	598.806,94D	86.587,47	189.668,83	495.725,58D
69	1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	155.369,47D	104,20	20.680,83	134.792,84D
70	1.2.1.01	OUTROS VALORES A RECEBER	60.392,36D	104,20	20.680,83	39.815,73D
71	1.2.1.01.001	VALORES A RECEBER	60.392,36D	104,20	20.680,83	39.815,73D
72	1.2.1.01.001.001	RESSARCIMENTO MBA - EMILY	20.576,63D	104,20	20.680,83	0,00
73	1.2.1.01.001.002	TRIBUTOS PAGOS A MAIOR OU INDEVIDAMENTE	39.815,73D	0,00	0,00	39.815,73D
76	1.2.1.02	OUTROS CRÉDITOS	94.977,11D	0,00	0,00	94.977,11D
84	1.2.1.02.008	TRIBUTOS A RECUPERAR	94.977,11D	0,00	0,00	94.977,11D
648	1.2.1.02.008.001	IRRF A RECUPERAR	94.977,11D	0,00	0,00	94.977,11D
111	1.2.3	IMOBILIZADO	443.437,47D	86.483,27	168.988,00	360.932,74D
112	1.2.3.01	IMÓVEIS	445.795,69D	55.905,12	0,00	501.700,81D
114	1.2.3.01.002	INSTALAÇÕES (LEASING)	380.219,50D	55.905,12	0,00	436.124,62D
572	1.2.3.01.003	BENFEITORIA EM IMOVEIS DE TERCEIROS	65.576,19D	0,00	0,00	65.576,19D
116	1.2.3.02	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	239.785,00D	0,00	0,00	239.785,00D
117	1.2.3.02.001	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	132.174,20D	0,00	0,00	132.174,20D
519	1.2.3.02.002	INSTALAÇÕES	107.610,80D	0,00	0,00	107.610,80D
118	1.2.3.03	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	33.049,44D	0,00	0,00	33.049,44D
119	1.2.3.03.001	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	33.049,44D	0,00	0,00	33.049,44D
122	1.2.3.05	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO	62.340,11D	3.998,70	369,88	65.968,93D
534	1.2.3.05.001	COMPUTADORES E PERIFERICOS	51.848,11D	0,00	0,00	51.848,11D
580	1.2.3.05.002	APARELHOS CELULARES	10.492,00D	3.998,70	369,88	14.120,82D
125	1.2.3.07	(-) DEPRECIACÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	337.532,77C	26.579,45	168.618,12	479.571,44C
126	1.2.3.07.001	(-) DEPRECIACÕES DE INSTALAÇÕES	29.054,92C	7.264,86	9.765,72	31.555,78C
127	1.2.3.07.002	(-) DEPRECIACÕES DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	25.994,78C	0,00	11.995,20	37.989,98C
128	1.2.3.07.003	(-) DEPRECIACÕES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	21.174,19C	14.729,63	2.762,04	9.206,60C
129	1.2.3.07.004	(-) DEPRECIACÕES DE COMPUTADORES E APARELHOS DE T	27.596,17C	4.584,96	10.101,12	33.112,33C
130	1.2.3.07.005	(-) DEPRECIACÃO DE INSTALAÇÕES (LEASING)	200.924,62C	0,00	117.600,00	318.524,62C
535	1.2.3.07.007	(-) DEPRECIACÃO DE BENFEITORIAS EM IMOVEIS DE TERC	32.788,09C	0,00	16.394,04	49.182,13C
149	2	PASSIVO	4.337.831,34C	4.775.681,05	4.543.952,52	4.106.102,81C
150	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	231.228,51C	4.401.977,95	4.517.373,07	346.623,63C
164	2.1.3	FORNECEDORES	10.340,57C	1.336.881,92	1.329.592,50	3.051,15C
165	2.1.3.01	FORNECEDORES	10.340,57C	1.336.881,92	1.329.592,50	3.051,15C
505	2.1.3.01.001	FORNECEDORES DIVERSOS	0,00	3.998,70	3.998,70	0,00
676	2.1.3.01.001	FUNDAÇÃO DOM CABRAL	0,00	19.855,00	19.855,00	0,00
514	2.1.3.01.003	EQUATORIAL ENERGIA	0,00	6.586,90	6.586,90	0,00
525	2.1.3.01.007	FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - FGV	0,00	936.000,00	936.000,00	0,00
536	2.1.3.01.010	MIXPEL COMERCIO DE PAPELARIA E INFORMATICA EIRELI	0,00	502,00	502,00	0,00

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
556	2.1.3.01.016	GS OPERADORA TURISTICA LTDA - EPP	0,00	39.839,82	39.839,82	0,00
557	2.1.3.01.017	THOMSON REUTERS BRASIL CONTEUDC	807,94C	10.950,02	11.156,67	1.014,59C
562	2.1.3.01.019	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	0,00	22.377,30	22.377,30	0,00
564	2.1.3.01.020	MEYER COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	800,00C	6.317,50	6.043,00	525,50C
571	2.1.3.01.025	CEPAL - COMPANHIA DE EDIÇÃO, IMPRESSÃO E PUBLICA D	1.580,23C	14.119,55	12.539,32	0,00
577	2.1.3.01.028	ALEXANDRE DO NASCIMENTO LOPES	0,00	7.909,92	8.569,08	659,16C
579	2.1.3.01.030	F.A.M. SUPORTE TECNICO EM INFORMATICA LTDA - ME	0,00	7.411,24	8.010,74	599,50C
582	2.1.3.01.031	OÍ MÓVEL	252,40C	3.042,66	3.042,66	252,40C
588	2.1.3.01.037	ALOO TELECOM - FST TECNOLOGIA S.A.	900,00C	2.040,00	1.140,00	0,00
607	2.1.3.01.055	O AMIGÃO COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS	0,00	434,50	434,50	0,00
621	2.1.3.01.064	SR LOCAÇÃO	0,00	5.647,46	5.647,46	0,00
623	2.1.3.01.066	LEC EDITORA E ORG. DE EVENTOS LTDA	0,00	3.237,83	3.237,83	0,00
629	2.1.3.01.068	TERRA CERTIFICADORA	0,00	250,00	250,00	0,00
630	2.1.3.01.069	CONVICTA AUDITORES INDEPENDENTES	0,00	11.262,00	11.262,00	0,00
641	2.1.3.01.078	4M TREINAMENTOS EMPRESARIAIS	0,00	390,00	390,00	0,00
650	2.1.3.01.080	LSMC CURSOS E TREINAMENTOS	0,00	1.180,00	1.180,00	0,00
651	2.1.3.01.081	INTEGRAÇÃO ESCOLA DE NEGÓCIOS LTDA	0,00	3.660,15	3.660,15	0,00
657	2.1.3.01.086	JOSÉ ALVES TEIXEIRA JÚNIOR 3788328453	6.000,00C	8.500,00	2.500,00	0,00
660	2.1.3.01.089	CONSERG	0,00	62.557,61	62.557,61	0,00
661	2.1.3.01.090	POLIFRIO	0,00	5.008,00	5.008,00	0,00
664	2.1.3.01.093	UNIDAS LOCAÇÃO	0,00	26.282,72	26.282,72	0,00
682	2.1.3.01.096	CLARO S/A	0,00	1.468,58	1.468,58	0,00
683	2.1.3.01.097	SIGMA - SERV. TEC.EM SEG. DO TRABALHO	0,00	2.300,00	2.300,00	0,00
684	2.1.3.01.098	INSULFILM	0,00	2.302,50	2.302,50	0,00
687	2.1.3.01.099	GREEN CARD REFEIÇÃO	0,00	59.959,96	59.959,96	0,00
688	2.1.3.01.100	BRASIL SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO LTDA	0,00	5.500,00	5.500,00	0,00
691	2.1.3.01.100	PRETORIAN	0,00	35.000,00	35.000,00	0,00
693	2.1.3.01.101	APCF - ATUAL. PROF. CONTABIL E JUR. LTDA	0,00	990,00	990,00	0,00
694	2.1.3.01.102	FABIANO DUARTE - CONSULTORIA EMPRESARIAL	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
169	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	23.151,56C	539.715,84	602.513,83	85.949,55C
170	2.1.4.01	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	23.151,56C	539.715,84	602.513,83	85.949,55C
173	2.1.4.01.003	ISS A RECOLHER	0,00	105.395,48	118.424,19	13.028,71C
174	2.1.4.01.004	IRRF S/ JETONS	3.511,76C	22.576,04	23.328,78	4.264,50C
176	2.1.4.01.006	IRRF S/ PJ	285,07C	4.042,43	4.172,30	414,94C
178	2.1.4.01.008	IRRF A RECOLHER	14.827,65C	181.765,96	209.445,96	42.507,65C
179	2.1.4.01.009	PIS A RECOLHER	0,00	35.163,34	39.524,33	4.360,99C
180	2.1.4.01.010	COFINS A RECOLHER	0,00	162.567,92	182.757,91	20.189,99C
184	2.1.4.01.014	INSS RETIDO A RECOLHER	503,53C	6.595,68	6.734,01	641,86C
479	2.1.4.01.015	IRRF S/ PF	3.725,20C	16.939,31	13.214,11	0,00
489	2.1.4.01.021	PIS/COFINS/CSLL	298,35C	4.669,68	4.912,24	540,91C
185	2.1.5	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	108.088,89C	2.111.308,97	2.143.242,96	140.022,88C
186	2.1.5.01	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00	1.549.316,33	1.549.316,33	0,00
187	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	0,00	799.473,73	799.473,73	0,00
188	2.1.5.01.002	REMUNERAÇÃO DE DIRETORIA A PAGAR	0,00	671.857,81	671.857,81	0,00
189	2.1.5.01.003	RESCISÕES A PAGAR	0,00	77.984,79	77.984,79	0,00
190	2.1.5.02	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	30.639,65C	436.212,23	442.472,14	36.899,56C
191	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	23.982,06C	326.592,35	331.060,91	28.450,62C
192	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	6.657,59C	109.619,88	111.411,23	8.448,94C
193	2.1.5.03	FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	77.449,24C	125.780,41	151.454,49	103.123,32C
194	2.1.5.03.001	REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS	58.366,66C	44.882,10	65.913,29	79.397,85C
195	2.1.5.03.002	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	0,00	46.884,20	46.884,20	0,00
196	2.1.5.03.003	INSS SOBRE REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS	12.840,66C	6.820,94	10.653,79	16.673,51C
197	2.1.5.03.004	INSS SOBRE DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	0,00	19.323,04	19.323,04	0,00
198	2.1.5.03.005	FGTS SOBRE REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS	4.669,26C	2.546,81	4.229,32	6.351,77C
199	2.1.5.03.006	FGTS SOBRE DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	1.572,66C	5.323,32	4.450,85	700,19C
200	2.1.6	OUTRAS OBRIGAÇÕES	89.647,49C	414.071,22	442.023,78	117.600,05C
201	2.1.6.01	JETONS - CONSELHO ADMINISTRATIVO E CONSELHO F.	0,00	296.471,22	296.471,22	0,00
544	2.1.6.01.001	GEORGE ANDRE PALERMO SANTORO	0,00	49.483,56	49.483,56	0,00
547	2.1.6.01.004	JOSÉ ERNESTO DE SOUZA FILHO	0,00	49.483,56	49.483,56	0,00
549	2.1.6.01.005	ADRIALDO DE LIMA CATÃO	0,00	18.448,80	18.448,80	0,00
550	2.1.6.01.006	JOSÉ EDIBERTO DE OMEÑA	0,00	18.448,80	18.448,80	0,00
551	2.1.6.01.007	RENATA DOS SANTOS	0,00	18.448,80	18.448,80	0,00
639	2.1.6.01.008	GABRIELA MAGALHÃES	0,00	49.483,56	49.483,56	0,00
645	2.1.6.01.009	ANTONIO TENORIO	0,00	49.483,56	49.483,56	0,00
646	2.1.6.01.009	ISABELA VIEIRA	0,00	18.448,80	18.448,80	0,00
689	2.1.6.01.010	MARIA CLARA BUGARIM	0,00	24.741,78	24.741,78	0,00
202	2.1.6.02	CONTAS A PAGAR	89.647,49C	117.600,00	145.552,56	117.600,05C
510	2.1.6.02.001	ALUGUEIS A PAGAR (LEASING)	89.647,49C	117.600,00	145.552,56	117.600,05C
503	2.2	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	89.647,44C	89.647,44	0,00	0,00
217	2.2.1	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	89.647,44C	89.647,44	0,00	0,00
236	2.2.1.04	OUTRAS OBRIGAÇÕES	89.647,44C	89.647,44	0,00	0,00
237	2.2.1.04.001	OUTRAS OBRIGAÇÕES	89.647,44C	89.647,44	0,00	0,00
647	2.2.1.04.001.001	ALUGUEIS A PAGAR (LEASING)	89.647,44C	89.647,44	0,00	0,00
242	2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.016.955,39C	284.055,66	26.579,45	3.759.479,18C

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
243	2.3.1	CAPITAL SOCIAL	10.000.000,00C	0,00	0,00	10.000.000,00C
244	2.3.1.01	CAPITAL SUBSCRITO	10.000.000,00C	0,00	0,00	10.000.000,00C
245	2.3.1.01.001	CAPITAL SOCIAL - ESTADO DE ALAGOAS	10.000.000,00C	0,00	0,00	10.000.000,00C
264	2.3.5	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	9.004.694,93D	0,00	0,00	9.004.694,93D
265	2.3.5.01	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	9.004.694,93D	0,00	0,00	9.004.694,93D
267	2.3.5.01.002	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	9.004.694,93D	0,00	0,00	9.004.694,93D
625	2.3.6	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.021.650,32C	284.055,66	26.579,45	2.764.174,11C
626	2.3.6.01	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.021.650,32C	284.055,66	26.579,45	2.764.174,11C
627	2.3.6.01.001	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.021.650,32C	284.055,66	26.579,45	2.764.174,11C
269	3	CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	0,00	4.215.901,93	17.267,58	4.198.634,35D
295	3.2	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	4.215.901,93	17.267,58	4.198.634,35D
296	3.2.1	DESPESAS COM CAPACITAÇÕES E VIAGENS	0,00	118.376,71	900,19	117.476,52D
314	3.2.1.05	DESPESAS COM CAPACITAÇÕES E VIAGENS	0,00	118.376,71	900,19	117.476,52D
315	3.2.1.05.001	PASSAGENS NACIONAIS	0,00	39.839,82	0,19	39.839,63D
317	3.2.1.05.003	DIÁRIAS NACIONAIS	0,00	21.900,00	900,00	21.000,00D
541	3.2.1.05.005	CURSOS E CAPACITAÇÕES	0,00	55.265,00	0,00	55.265,00D
640	3.2.1.05.008	REEMBOLSO DE DESPESAS COM VIAGENS	0,00	1.371,89	0,00	1.371,89D
329	3.2.2	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	4.097.525,22	16.367,39	4.081.157,83D
330	3.2.2.01	DESPESAS COM PESSOAL	0,00	1.833.037,61	16.367,39	1.816.670,22D
331	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	0,00	502.360,79	3.768,09	498.592,70D
332	3.2.2.01.002	REMUNERAÇÃO DIRETORIA	0,00	739.748,84	1,42	739.747,42D
333	3.2.2.01.003	VALE ALIMENTAÇÃO	0,00	59.959,96	0,00	59.959,96D
334	3.2.2.01.004	13º SALÁRIO	0,00	48.726,25	6.217,52	42.508,73D
335	3.2.2.01.005	FÉRIAS	0,00	71.644,12	0,00	71.644,12D
336	3.2.2.01.006	INSS	0,00	273.397,14	5.532,81	267.864,33D
337	3.2.2.01.007	FGTS	0,00	113.068,82	847,55	112.221,27D
338	3.2.2.01.008	INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO	0,00	21.831,69	0,00	21.831,69D
642	3.2.2.01.012	EXAMES OCUPACIONAIS	0,00	2.300,00	0,00	2.300,00D
345	3.2.2.03	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	24.791,01	0,00	24.791,01D
349	3.2.2.03.004	TAXAS - JUNTA COMERCIAL	0,00	18.315,00	0,00	18.315,00D
350	3.2.2.03.005	TAXAS DIVERSAS	0,00	5.448,79	0,00	5.448,79D
351	3.2.2.03.006	IOF	0,00	1.027,22	0,00	1.027,22D
353	3.2.2.04	DESPESAS GERAIS	0,00	2.178.758,67	0,00	2.178.758,67D
354	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	0,00	6.586,90	0,00	6.586,90D
356	3.2.2.04.003	TELEFONE	0,00	3.042,66	0,00	3.042,66D
357	3.2.2.04.004	DESPESAS POSTAIS E TELEGRÁFICAS	0,00	73,50	0,00	73,50D
359	3.2.2.04.006	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	0,00	1.163,08	0,00	1.163,08D
360	3.2.2.04.007	MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	0,00	898,88	0,00	898,88D
361	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TI	0,00	8.610,24	0,00	8.610,24D
363	3.2.2.04.010	DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	0,00	168.618,12	0,00	168.618,12D
365	3.2.2.04.012	DESPESAS CARTORIAS	0,00	198,99	0,00	198,99D
366	3.2.2.04.013	JORNALS E PUBLICAÇÕES	0,00	12.539,32	0,00	12.539,32D
512	3.2.2.04.015	SERVIÇOS DE INTERNET	0,00	2.608,58	0,00	2.608,58D
517	3.2.2.04.016	MATERIAL ELETROELETRÔNICO	0,00	463,00	0,00	463,00D
518	3.2.2.04.017	SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA	0,00	20.898,20	0,00	20.898,20D
522	3.2.2.04.018	SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	0,00	76.523,06	0,00	76.523,06D
524	3.2.2.04.019	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	938.500,00	0,00	938.500,00D
537	3.2.2.04.021	MATERIAL DE INFORMÁTICA	0,00	607,77	0,00	607,77D
539	3.2.2.04.027	JETONS CONSELHEIROS	0,00	319.800,00	0,00	319.800,00D
559	3.2.2.04.028	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	31.930,18	0,00	31.930,18D
561	3.2.2.04.029	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	22.072,69	0,00	22.072,69D
567	3.2.2.04.031	MATERIAL DE COXA E COZINHA	0,00	2.264,96	0,00	2.264,96D
568	3.2.2.04.032	SISTEMAS CONTÁBIL	0,00	11.746,42	0,00	11.746,42D
563	3.2.2.04.034	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS	0,00	6.043,00	0,00	6.043,00D
312	3.2.2.04.035	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE SITE	0,00	8.569,08	0,00	8.569,08D
643	3.2.2.04.036	OUTRAS DESPESAS	0,00	500.000,04	0,00	500.000,04D
695	3.2.2.04.038	SERVIÇOS CONTÁBEIS	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00D
367	3.2.2.05	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	60.937,93	0,00	60.937,93D
374	3.2.2.05.007	MULTAS, JUROS E ENCARGOS	0,00	58.855,57	0,00	58.855,57D
533	3.2.2.05.009	DESPESAS BANCÁRIAS	0,00	2.082,36	0,00	2.082,36D
402	4	CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	0,00	340.706,43	2.438.722,07	2.098.015,64C
403	4.1	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	340.706,43	2.438.722,07	2.098.015,64C
404	4.1.1	RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	0,00	2.368.483,65	2.368.483,65C
410	4.1.1.02	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	0,00	2.368.483,65	2.368.483,65C
411	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00	2.368.483,65	2.368.483,65C
413	4.1.2	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	340.706,43	0,00	340.706,43D
424	4.1.2.03	(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	340.706,43	0,00	340.706,43D
427	4.1.2.03.003	(-) ISS	0,00	118.424,19	0,00	118.424,19D
428	4.1.2.03.004	(-) COFINS	0,00	182.757,91	0,00	182.757,91D
429	4.1.2.03.005	(-) PIS	0,00	39.524,33	0,00	39.524,33D
430	4.1.3	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	70.238,42	70.238,42C
431	4.1.3.01	JUROS E DESCONTOS	0,00	0,00	70.238,42	70.238,42C

Empresa: **ALAGOAS ATIVOS S/A**
C.N.P.J.: 29.218.037/0001-72
Período: 01/01/2021 - 31/12/2021

Folha: 0004
Número livro: 0001

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
432	4.1.3.01.001	JUROS DE APLICAÇÕES	0,00	0,00	70.238,42	70.238,42C